



## REPERCUSSÃO GERAL (STF)

### Direito Processual Civil

| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|--|-----------------------|--------------------------|--|
| 7    | RE 556385         | Redução, de ofício, de multa fixada em sentença, no caso de descumprimento de obrigação de fazer.          | Sem repercussão geral |                          |  |
| 11   | RE 565653         | Prazo para pagamento de parcelas em dinheiro fixadas por sentença que julgou processo de desapropriação.   | Sem repercussão geral |                          |  |
| 18   | RE 564132         | Fracionamento de execução contra a Fazenda Pública para pagamento de honorários advocatícios.              | Trânsito em julgado   |                          | Os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar cuja satisfação ocorrerá com a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza. |
| 28   | RE 1205530        | Fracionamento da execução com expedição de precatório para pagamento de parte incontroversa da condenação. | Trânsito em julgado   |                          | Surge constitucional expedição de precatório ou requisição de pequeno valor para pagamento da parte incontroversa e autônoma do pronunciamento judicial, transitado em julgado, observada a importância total executada para efeitos de dimensionamento como obrigação de pequeno valor.                 |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO   | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|---|-----------------------|--|--|
| 35   | RE 567454         | a) Tarifa básica de assinatura do serviço de telefonia fixa.<br>b) Competência para processar e julgar ação em que se discute a legalidade da cobrança da tarifa básica de assinatura do serviço de telefonia fixa. | Sem repercussão geral |  |  |
| 36   | RE 569056         | Competência da Justiça do Trabalho para execução de contribuições previdenciárias.  | Trânsito em julgado   |  | A competência da Justiça do Trabalho prevista no art. 114, VIII, da Constituição Federal alcança somente a execução das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir, não abrangida a execução de contribuições previdenciárias atinentes ao vínculo de trabalho reconhecido na decisão, mas sem condenação ou acordo quanto ao pagamento das verbas salariais que lhe possam servir como base de cálculo. |
| 43   | RE 573202         | Competência para julgar reclamações de empregados temporários submetidos a regime especial disciplinado em lei local editada antes da Constituição de 1988.   | Trânsito em julgado   |  | Compete à Justiça comum processar e julgar causas instauradas entre o Poder Público e seus servidores submetidos a regime especial disciplinado por lei local editada antes da Constituição Federal de 1988, com fundamento no artigo 106 da Constituição de 1967, na redação que lhe deu a Emenda Constitucional 1/1969.  |
| 45   | RE 573872         | Possibilidade de execução provisória de obrigação de fazer contra a Fazenda Pública.  | Trânsito em julgado   | "Reconhecida a repercussão geral, impende a suspensão do processamento dos feitos pendentes que versem sobre a presente questão e tramitem no território nacional, por força do art. 1.035, § 5º, do CPC." (decisão publicada em 18.10.2016) | A execução provisória de obrigação de fazer em face da Fazenda Pública não atrai o regime constitucional dos precatórios.  |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA         | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|--|---------------------|--------------------------|---|
| 56   | RE 576155         | Legitimidade do Ministério Público para propor ação civil pública em que se questiona acordo firmado entre o contribuinte e o Poder Público para pagamento de dívida tributária. | Trânsito em julgado |                          | O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública com o objetivo de anular Termo de Acordo de Regime Especial — TARE firmado entre o Poder Público e contribuinte, em face da legitimação ad causam que o texto constitucional lhe confere para defender o erário. |
| 58   | RE 592619         | Fracionamento de execução contra a Fazenda Pública para pagamento de custas processuais de forma autônoma em relação ao crédito principal.                                       | Trânsito em julgado |                          | É vedado o fracionamento do valor de precatório em execução de sentença, com o objetivo de efetuar o pagamento das custas processuais por meio de requisição de pequeno valor (RPV).  |
| 60   | RE 466343         | Possibilidade de prisão civil do depositário infiel no ordenamento jurídico-constitucional brasileiro.   | Trânsito em julgado |                          | É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito.   |
| 74   | RE 579648         | Competência para julgamento de ação de interdito proibitório cuja causa de pedir decorre de movimento grevista.  | Trânsito em julgado |                          | Compete à Justiça do Trabalho o julgamento das ações de interdito proibitório em que se busca garantir o livre acesso de funcionários e de clientes às agências bancárias interditadas em decorrência de movimento grevista.  |
| 77   | RE 576847         | Cabimento do mandado de segurança contra decisões interlocutórias exaradas em processos submetidos ao rito da Lei nº 9.099/95.   | Trânsito em julgado |                          | Não cabe mandado de segurança das decisões interlocutórias exaradas em processos submetidos ao rito da Lei 9.099/1995.  |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA         | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|---|---------------------|--------------------------|---|
| 82   | RE-573232         | Possibilidade de execução de título judicial, decorrente de ação ordinária coletiva ajuizada por entidade associativa, por aqueles que não conferiram autorização individual à associação, não obstante haja previsão genérica de representação dos associados em cláusula do estatuto. | Trânsito em julgado |                          | I – A previsão estatutária genérica não é suficiente para legitimar a atuação, em Juízo, de associações na defesa de direitos dos filiados, sendo indispensável autorização expressa, ainda que deliberada em assembleia, nos termos do artigo 5º, inciso XXI, da Constituição Federal;<br>II – As balizas subjetivas do título judicial, formalizado em ação proposta por associação, são definidas pela representação no processo de conhecimento, limitada a execução aos associados apontados na inicial. |
| 90   | RE-583955         | Competência para processar e julgar a execução de créditos trabalhistas no caso de empresa em fase de recuperação judicial.   | Trânsito em julgado |                          | Compete ao juízo comum falimentar processar e julgar a execução dos créditos trabalhistas no caso de empresa em fase de recuperação judicial.   |
| 93   | RE-580108         | Exigência de reserva de plenário para as situações de não-aplicabilidade do art. 4º da Lei Complementar nº 118/2005 às ações ajuizadas anteriormente à sua vigência.  | Trânsito em julgado |                          | Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, art. 97) a decisão de órgão fracionário de Tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.  |
| 94   | RE-586693         | Exigência de reserva de plenário para as situações em que a Emenda Constitucional nº 29/2000 deixa de ser aplicada em face da incidência da versão primitiva da norma constitucional por ela modificada.  | Trânsito em julgado |                          | É constitucional a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, no que estabeleceu a possibilidade de previsão legal de alíquotas progressivas para o IPTU de acordo com o valor do imóvel.  |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA         | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|--|---------------------|--------------------------|--|
| 96   | RE 579431         | Incidência de juros de mora no período compreendido entre a data da conta de liquidação e a expedição do requisitório. | Trânsito em julgado |                          | Incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório. |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA       | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|---|-------------------|--------------------------|--|
| 100  | RE 586068         | a) Aplicação do art. 741, parágrafo único, do Código de Processo Civil, no âmbito dos Juizados Especiais Federais.<br>b) Possibilidade de desconstituição de decisão judicial de processo com trânsito em julgado fundada em norma posteriormente declarada inconstitucional. | Acórdão publicado |                          | <p>"1. É possível aplicar o artigo 741, parágrafo único, do CPC/73, atual art. 535, § 5º, do CPC/2015, aos feitos submetidos ao procedimento sumaríssimo, desde que o trânsito em julgado da fase de conhecimento seja posterior a 27.8.2001; 2. É admissível a invocação como fundamento da inexigibilidade de ser o título judicial fundado em aplicação ou interpretação tida como incompatível com a Constituição quando houver pronunciamento jurisdicional, contrário ao decidido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, seja no controle difuso, seja no controle concentrado de constitucionalidade; 3. O art. 59 da Lei 9.099/1995 não impede a desconstituição da coisa julgada quando o título executivo judicial estiver em contrariedade à interpretação ou sentido da norma conferida pela Suprema Corte, sendo admissível o manejo de simples petição, a ser apresentada em prazo equivalente ao da ação rescisória; 3.1. Em cada caso, o Supremo Tribunal Federal poderá definir os efeitos temporais de seus precedentes vinculantes e sua repercussão sobre a coisa julgada, estabelecendo inclusive a extensão da retroação para fins da simples petição acima referida ou mesmo o seu não cabimento diante do grave risco de lesão à segurança jurídica ou ao interesse social; 3.2. Na ausência de manifestação expressa, os efeitos retroativos de eventual desconstituição da coisa julgada não excederão cinco anos da data da apresentação simples da petição acima referida, a qual deverá ser proposta no prazo decadencial de dois anos contados do trânsito em julgado de decisão do STF; 4. O art. 59 da Lei 9.099/1995 também não impede a arguição de inexigibilidade quando o título executivo judicial estiver em contrariedade à interpretação ou sentido da norma conferida pela Suprema Corte, seja a decisão do Supremo Tribunal Federal anterior ou posterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda, salvo preclusão (CPC, arts. 525, caput e 535, caput)" (nova tese firmada em 9.3.2026).</p> <p>"1) é possível aplicar o artigo 741, parágrafo único, do CPC/73, atual art. 535, § 5º, do CPC/2015, aos feitos submetidos ao procedimento sumaríssimo, desde que o trânsito em julgado da fase de conhecimento seja posterior a 27.8.2001; 2) é admissível a invocação como fundamento da inexigibilidade de ser o título judicial fundado em 'aplicação ou interpretação tida como incompatível com a Constituição' quando houver pronunciamento jurisdicional, contrário ao decidido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, seja no controle difuso, seja no controle concentrado de constitucionalidade; 3) o art. 59 da Lei 9.099/1995 não impede a desconstituição da coisa julgada quando o título executivo judicial se amparar em contrariedade à interpretação ou sentido da norma conferida pela Suprema Corte, anterior ou posterior ao trânsito em julgado, admitindo, respectivamente, o manejo (i) de impugnação ao cumprimento de sentença ou (ii) de simples petição, a ser apresentada em prazo equivalente ao da ação rescisória" (tese original fixada em 9.11.2023).</p> |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA                       | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO  | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|---|-----------------------------------|---|---|
| 103  | RE-589490         | Exigência da comprovação de insuficiência econômico-financeira para a concessão de assistência judiciária gratuita a pessoas jurídicas.   | Sem repercussão geral             |   |   |
| 106  | RE-590880         | a) Competência para, após o advento da Lei nº 8.112/90, julgar os efeitos de decisão anteriormente proferida pela Justiça do Trabalho.<br>b) Extensão do reajuste de 84,32%, relativo ao IPC do mês de março de 1990 (Plano Collor), concedido pela Justiça Federal em decisão transitada em julgado. | Mérito julgado (tese não firmada) |   | Tese ainda não firmada.   |
| 109  | RE-591033         | Adoção pelo Poder Judiciário de critérios normativos estaduais como fundamento para extinguir ações de execução fiscal ajuizadas pelo Município.  | Trânsito em julgado               |   | Lei estadual autorizadora da não inscrição em dívida ativa e do não ajuizamento de débitos de pequeno valor é insuscetível de aplicação a Município e, conseqüentemente, não serve de fundamento para a extinção das execuções fiscais que promova, sob pena de violação à sua competência tributária.  |
| 112  | RE-587982         | Conversão de precatórios expedidos antes da Emenda Constitucional nº 37/2002 em requisições de pequeno valor.   | Trânsito em julgado               | "Reconhecida a repercussão geral, impende a suspensão do processamento dos feitos pendentes que versem sobre a presente questão do ADCT na dicção da EC 32/2002 de um regime de transição para tratar e tramitem no território nacional, por força do dos precatórios reputados de pequeno valor, já expedidos antes de sua art. 1.035, § 5º, do CPC. " (decisão publicada em promulgação". 26.10.2016) |   |
| 116  | RE-581160         | Direito a honorários advocatícios nas ações que visam obter expurgos inflacionários de FGTS.  | Trânsito em julgado               |   | É inconstitucional o art. 29-C da Lei 8.036/1990, introduzido pelo art. 9º da MP 2.164-41/2001, que veda a condenação em honorários advocatícios nas ações entre o FGTS e os titulares de contas vinculadas, bem como naquelas em que figuram os respectivos representantes ou substitutos processuais. |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|---|-----------------------|--------------------------|---|
| 124  | RE 825274         | Cabimento de recurso especial eleitoral contra decisão administrativa sobre prestação de contas de campanhas eleitorais.  | Cancelado             |                          |   |
| 128  | RE-590409         | Competência para dirimir conflito de competência entre Juizado Especial e Juízo Federal de primeiro grau de uma mesma Seção Judiciária.   | Trânsito em julgado   |                          | Cabe ao respectivo Tribunal Regional Federal dirimir conflitos de competência entre Juizado Especial e Juízo Federal de primeira instância que pertençam a uma mesma Seção Judiciária.  |
| 130  | RE-591874         | Responsabilidade objetiva do Estado em caso de responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público em relação a terceiros não-usuários do serviço. | Trânsito em julgado   |                          | A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não usuários do serviço, segundo decorre do art. 37, § 6º, da Constituição Federal.  |
| 132  | RE-590751         | Incidência de juros moratórios e compensatórios durante o período de parcelamento previsto no art. 78 do ADCT.  | Trânsito em julgado   |                          | O art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias possui a mesma mens legis que o art. 33 desse Ato, razão pela qual, uma vez calculado o precatório pelo valor real do débito, acrescido de juros legais, não há mais falar em incidência desses nas parcelas anuais, iguais e sucessivas em que é fracionado, desde que adimplidas a tempo e corrigidas monetariamente. |
| 134  | RE-592730         | Direito a honorários advocatícios quando a Defensoria Pública Estadual representa vencedor em demanda ajuizada contra o Estado ao qual é vinculada.                                       | Sem repercussão geral |                          |   |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA         | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|---|---------------------|--------------------------|---|
| 135  | RE-594116         | Exigibilidade do porte de remessa e retorno de autos de autarquia federal no âmbito da Justiça Estadual.  | Trânsito em julgado |                          | Aplica-se o § 1º do art. 511 do Código de Processo Civil para dispensa de porte de remessa e retorno ao exonerar o seu respectivo recolhimento por parte do INSS.   |
| 136  | RE-590809         | a) Cabimento de ação rescisória que visa desconstituir julgado com base em nova orientação da Corte;<br>b) Creditamento de IPI pela aquisição de insumos isentos, não tributados ou sujeitos à alíquota zero. | Trânsito em julgado |                          | Não cabe ação rescisória quando o julgado estiver em harmonia com o entendimento firmado pelo Plenário do Supremo à época da formalização do acórdão rescindendo, ainda que ocorra posterior superação do precedente. |
| 137  | RE-590871         | Prazo para a Fazenda Pública opor embargos à execução.  | Trânsito em julgado |                          | É compatível com a Constituição da República de 1988 a ampliação para 30 (trinta) dias do prazo de oposição de embargos à execução pela Fazenda Pública.  |
| 147  | RE-591085         | Incidência de juros de mora durante o prazo previsto na Constituição Federal para o pagamento de precatório.  | Trânsito em julgado |                          | Durante o período previsto no parágrafo 1º do artigo 100 (redação original e redação da EC 30/2000) da Constituição, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos.                             |
| 148  | RE-568645         | Individualização de créditos de litisconsortes para efeito de fracionamento do valor principal da execução contra a Fazenda Pública.  | Trânsito em julgado |                          | A interpretação do § 4º do art. 100, alterado e hoje § 8º do art. 100 da Constituição da República, permite o pagamento dos débitos em execução nos casos de litisconsórcio facultativo.                              |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|---|-----------------------|--------------------------|--|
| 151  | RE-583747         | Decretação de ofício da prescrição de crédito tributário sem a manifestação da Fazenda Pública.   | Sem repercussão geral |                          |  |
| 159  | RE-586789         | Competência para processar e julgar mandado de segurança contra decisão de juiz federal no exercício de jurisdição de Juizado Especial Federal. | Trânsito em julgado   |                          | Compete às Turmas Recursais o julgamento de mandado de segurança utilizado como substitutivo recursal contra decisão de juiz federal no exercício de jurisdição do Juizado Especial Federal. |
| 181  | RE-598365         | Pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais.   | Sem repercussão geral |                          |  |
| 186  | RE-599903         | Fixação de honorários advocatícios em execução de sentença proferida em ação coletiva não-embargada pela Fazenda Pública.                       | Sem repercussão geral |                          |  |
| 188  | AI-759421         | Declaração de hipossuficiência para obtenção de gratuidade de justiça.  | Sem repercussão geral |                          |  |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|--|-----------------------|--------------------------|--|
| 190  | RE-586453         | Competência para processar e julgar causas que envolvam complementação de aposentadoria por entidades de previdência privada.  | Trânsito em julgado   |                          | Compete à Justiça comum o processamento de demandas ajuizadas contra entidades privadas de previdência com o propósito de obter complementação de aposentadoria, mantendo-se na Justiça Federal do Trabalho, até o trânsito em julgado e correspondente execução, todas as causas dessa espécie em que houver sido proferida sentença de mérito até 20/2/2013. |
| 195  | AI-743833         | Publicação de editais de notificação do lançamento da contribuição sindical rural por órgão da imprensa oficial.   | Sem repercussão geral |                          |  |
| 208  | RE-601220         | Competência jurisdicional para processar e julgar ação de reparação de danos causados por crítica veiculada pela internet.   | Afetado               |                          |  |
| 213  | AI-768339         | Competência para processar e julgar ação que visa compelir os entes políticos das três esferas do governo a fornecer medicamentos à pessoa carente, quando o valor da causa é inferior ao limite de sessenta salários mínimos. | Sem repercussão geral |                          |  |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|--|-----------------------|--------------------------|---|
| 220  | RE-592581         | Competência do Poder Judiciário para determinar ao Poder Executivo a realização de obras em estabelecimentos prisionais com o objetivo de assegurar a observância de direitos fundamentais dos presos. | Trânsito em julgado   |                          | É lícito ao Judiciário impor à Administração Pública obrigação de fazer, consistente na promoção de medidas ou na execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais para dar efetividade ao postulado da dignidade da pessoa humana e assegurar aos detentos o respeito à sua integridade física e moral, nos termos do que preceitua o art. 5º, XLIX, da Constituição Federal, não sendo oponível à decisão o argumento da reserva do possível nem o princípio da separação dos poderes. |
| 231  | RE 597092         | Seqüestro de recursos financeiros do Estado no caso de parcelamento compulsório de precatório.   | Trânsito em julgado   |                          | É constitucional o sequestro de verbas públicas pela autoridade judicial competente nas hipóteses do §4º do art. 78 do ADCT, cuja normatividade veicula regime especial de pagamento de precatórios de observância obrigatória por parte dos entes federativos inadimplentes na situação descrita pelo caput do dispositivo.  |
| 233  | RE-602238         | a) Indenização por danos morais decorrentes de vazamento de produtos químicos em um dos afluentes do Rio Paraíba do Sul;<br>b) Competência dos Juizados Especiais para as causas respectivas.          | Sem repercussão geral |                          |   |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|--|-----------------------|--------------------------|--|
| 242  | RE 600091         | Competência para processar e julgar ações indenizatórias decorrentes de acidente do trabalho propostas por sucessores do trabalhador falecido. | Trânsito em julgado   |                          | Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidentes de trabalho propostas por empregado contra empregador, inclusive as propostas pelos sucessores do trabalhador falecido, salvo quando a sentença de mérito for anterior à promulgação da EC nº 45/04, hipótese em que, até o trânsito em julgado e a sua execução, a competência continuará a ser da Justiça Comum. |
| 248  | AI 751478         | Pressupostos de admissibilidade de ação rescisória no âmbito da Justiça do Trabalho.   | Sem repercussão geral |                          |  |
| 251  | AI-778850         | Suspensão ou devolução de prazos processuais da União em decorrência de movimento grevista deflagrado pelos membros das carreiras da AGU.      | Sem repercussão geral |                          |  |
| 253  | RE-599628         | Aplicabilidade do regime de precatórios às entidades da Administração Indireta prestadoras de serviços públicos essenciais.                    | Trânsito em julgado   |                          | Sociedades de economia mista que desenvolvem atividade econômica em regime concorrencial não se beneficiam do regime de precatórios, previsto no art. 100 da Constituição da República.  |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|--|-----------------------|--------------------------|---|
| 258  | RE-595332         | Competência para processar e julgar execuções ajuizadas pela OAB contra advogados inadimplentes quanto ao pagamento de anuidades.  | Trânsito em julgado   |                          | Compete à Justiça Federal processar e julgar ações em que a Ordem dos Advogados do Brasil, quer mediante o Conselho Federal, quer seccional, figure na relação processual.      |
| 262  | RE-605533         | Legitimidade do Ministério Público para ajuizar ação civil pública que tem por objetivo compelir entes federados a entregar medicamentos a portadores de certas doenças. | Trânsito em julgado   |                          | O Ministério Público é parte legítima para ajuizamento de ação civil pública que vise o fornecimento de remédios a portadores de certa doença.                                  |
| 266  | RE-605481         | Citação da Fazenda Pública para expedição de precatório complementar.  | Acórdão publicado     |                          | EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. NECESSIDADE DE CITAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA. RATIFICAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA FIRMADA POR ESTA SUPREMA CORTE. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. |
| 267  | RE-608852         | Fixação de multa por descumprimento de ordem judicial de pagamento de precatório no prazo legal.   | Sem repercussão geral |                          |   |
| 292  | RE-611231         | Extinção de execução fiscal da União por falta de interesse de agir, em razão do valor irrisório do débito, com base em legislação federal.                              | Sem repercussão geral |                          |   |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|--|-----------------------|--------------------------|--|
| 294  | RE-612359         | Cabimento de agravo interno contra decisão monocrática proferida no âmbito dos Juizados Especiais.                       | Trânsito em julgado   |                          | Cabe o julgamento monocrático no âmbito dos Juizados Especiais, desde que possível sua revisão pelo Órgão Colegiado.   |
| 295  | RE-612360         | Penhorabilidade de bem de família de fiador de contrato de locação.  | Trânsito em julgado   |                          | É constitucional a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação, em virtude da compatibilidade da exceção prevista no art. 3º, VII, da Lei 8.009/1990 com o direito à moradia consagrado no art. 6º da Constituição Federal, com redação da EC 26/2000. |
| 305  | RE-607520         | Competência para processar e julgar ações de cobrança de honorários advocatícios arbitrados em favor de advogado dativo. | Trânsito em julgado   |                          | Compete à Justiça comum estadual processar e julgar as ações de cobrança ou os feitos executivos de honorários advocatícios arbitrados em favor de advogado dativo em ações cíveis e criminais.  |
| 307  | RE-626468         | Efeito suspensivo a embargos do devedor em execução fiscal.  | Sem repercussão geral |                          |  |
| 318  | AI-800074         | Requisitos do mandado de segurança.  | Sem repercussão geral |                          |  |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|---|-----------------------|--------------------------|--|
| 321  | RE 1040229        | Limites impostos pelo princípio do juiz natural à convalidação de ação individual em um incidente processual, no bojo de ação coletiva em trânsito perante juízo diverso do originário. | Sem repercussão geral |                          |  |
| 339  | AI-791292         | Obrigatoriedade de fundamentação das decisões judiciais   | Trânsito em julgado   |                          | O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas. |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA         | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|---|---------------------|--------------------------|---|
| 350  | RE-631240         | Prévio requerimento administrativo como condição para o acesso ao Judiciário. | Trânsito em julgado |                          | <p>I - A concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise. É bem de ver, no entanto, que a exigência de prévio requerimento não se confunde com o exaurimento das vias administrativas;</p> <p>II – A exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer quando o entendimento da Administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado;</p> <p>III – Na hipótese de pretensão de revisão, restabelecimento ou manutenção de benefício anteriormente concedido, considerando que o INSS tem o dever legal de conceder a prestação mais vantajosa possível, o pedido poderá ser formulado diretamente em juízo – salvo se depender da análise de matéria de fato ainda não levada ao conhecimento da Administração –, uma vez que, nesses casos, a conduta do INSS já configura o não acolhimento ao menos tácito da pretensão;</p> <p>IV – Nas ações ajuizadas antes da conclusão do julgamento do RE 631.240/MG (03/09/2014) que não tenham sido instruídas por prova do prévio requerimento administrativo, nas hipóteses em que exigível, será observado o seguinte: (a) caso a ação tenha sido ajuizada no âmbito de Juizado Itinerante, a ausência de anterior pedido administrativo não deverá implicar a extinção do feito; (b) caso o INSS já tenha apresentado contestação de mérito, está caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão; e (c) as demais ações que não se enquadrem nos itens (a) e (b) serão sobrestadas e baixadas ao juiz de primeiro grau, que deverá intimar o autor a dar entrada no pedido administrativo em até 30 dias, sob pena de extinção do processo por falta de interesse em agir. Comprovada a postulação administrativa, o juiz intimará o INSS para se manifestar acerca do pedido em até 90 dias. Se o pedido for acolhido administrativamente ou não puder ter o seu mérito analisado devido a razões imputáveis ao próprio requerente, extingue-se a ação. Do contrário, estará caracterizado o interesse em agir e o feito deverá prosseguir;</p> <p>V – Em todos os casos acima – itens (a), (b) e (c) –, tanto a análise administrativa quanto a judicial deverão levar em conta a data do início da ação como data de entrada do requerimento, para todos os efeitos legais.</p> |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|--|-----------------------|--------------------------|---|
| 354  | AI-808968         | Cabimento de ação rescisória contra decisão dos Juizados Especiais Federais.   | Sem repercussão geral |                          |   |
| 355  | RE-693112         | a) Penhora de bens da Rede Ferroviária S.A. realizada anteriormente à sucessão pela União;<br>b) Possibilidade de execução, pelo regime de precatório, dos bens da Rede Ferroviária. | Trânsito em julgado   |                          | É válida a penhora em bens de pessoa jurídica de direito privado, realizada anteriormente à sucessão desta pela União, não devendo a execução prosseguir mediante precatório. |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA         | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|---|---------------------|--------------------------|--|
| 360  | RE-611503         | Desconstituição de título executivo judicial mediante aplicação do parágrafo único do art. 741 do Código de Processo Civil. | Trânsito em julgado |                          | <p>"São constitucionais as disposições normativas do parágrafo único do art. 741 do CPC, do § 1º do art. 475-L, ambos do CPC/73, bem como os correspondentes dispositivos do CPC/15, o art. 525, § 1º, III e § 12, o art. 535, § 5º. São dispositivos que, buscando harmonizar a garantia da coisa julgada com o primado da Constituição, vieram agregar ao sistema processual brasileiro um mecanismo com eficácia paralisante de sentenças revestidas de vício de inconstitucionalidade qualificado, assim caracterizado nas hipóteses em que a sentença exequenda está em contrariedade à interpretação ou sentido da norma conferida pela Suprema Corte, seja a decisão do Supremo Tribunal Federal anterior ou posterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda, salvo preclusão (CPC, arts. 525, caput e 535, caput)" (nova tese firmada em 9.3.2026).</p> <p>"São constitucionais as disposições normativas do parágrafo único do art. 741 do CPC, do § 1º do art. 475-L, ambos do CPC/73, bem como os correspondentes dispositivos do CPC/15, o art. 525, § 1º, III e §§ 12 e 14, o art. 535, § 5º. São dispositivos que, buscando harmonizar a garantia da coisa julgada com o primado da Constituição, vieram agregar ao sistema processual brasileiro um mecanismo com eficácia rescisória de sentenças revestidas de vício de inconstitucionalidade qualificado, assim caracterizado nas hipóteses em que (a) a sentença exequenda esteja fundada em norma reconhecidamente inconstitucional - seja por aplicar norma inconstitucional, seja por aplicar norma em situação ou com um sentido inconstitucionais; ou (b) a sentença exequenda tenha deixado de aplicar norma reconhecidamente constitucional; e (c) desde que, em qualquer dos casos, o reconhecimento dessa constitucionalidade ou a inconstitucionalidade tenha decorrido de julgamento do STF realizado em data anterior ao trânsito em julgado da sentença exequenda" (tese original julgada em 20.9.2018).</p> |
| 361  | RE-631537         | Transmutação da natureza de precatório alimentar em normal em virtude de cessão do direito nele estampado.                  | Trânsito em julgado |                          | A cessão de crédito alimentício não implica a alteração da natureza.   |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|---|-----------------------|--------------------------|---|
| 389  | AI-826496         | Âmbito de incidência de isenção de taxas judiciárias, custas e emolumentos concedida por lei estadual.                                      | Sem repercussão geral |                          |   |
| 392  | RE-363889         | Superação da coisa julgada para possibilitar nova ação de investigação de paternidade em face de viabilidade de realização de exame de DNA. | Trânsito em julgado   |                          | I - É possível a repositura de ação de investigação de paternidade, quando anterior demanda idêntica, entre as mesmas partes, foi julgada improcedente, por falta de provas, em razão da parte interessada não dispor de condições econômicas para realizar o exame de DNA e o Estado não ter custeado a produção dessa prova;<br>II - Deve ser relativizada a coisa julgada estabelecida em ações de investigação de paternidade em que não foi possível determinar-se a efetiva existência de vínculo genético a unir as partes, em decorrência da não realização do exame de DNA, meio de prova que pode fornecer segurança quase absoluta quanto à existência de tal vínculo. |
| 398  | AI-836810         | Anulação de sentença por contradição e incoerência.   | Sem repercussão geral |                          |   |
| 401  | RE-633360         | Multa por litigância de má-fé.  | Sem repercussão geral |                          |   |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|---|-----------------------|--------------------------|--|
| 408  | ARE-637975        | Cabimento de apelação em caso de execução fiscal com valor inferior a 50 ORTN.  | Trânsito em julgado   |                          | É compatível com a Constituição o art. 34 da Lei 6.830/1980, que afirma incabível apelação em casos de execução fiscal cujo valor seja inferior a 50 ORTN.   |
| 411  | AI-841548         | Rito da execução de decisões que condenem entidades paraestatais, pessoas jurídicas de direito privado, a quantia em dinheiro.  | Trânsito em julgado   |                          | É incompatível com a Constituição o reconhecimento às entidades paraestatais dos privilégios processuais concedidos à Fazenda Pública em execução de pagamento de quantia em dinheiro.   |
| 414  | RE-638483         | Competência para processar e julgar ação em que se discute a prestação de benefícios previdenciários decorrentes de acidentes de trabalho.                                | Trânsito em julgado   |                          | Compete à Justiça Comum Estadual julgar as ações acidentárias que, propostas pelo segurado contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), visem à prestação de benefícios relativos a acidentes de trabalho.   |
| 416  | RE-635347         | Forma de pagamento de débito originado de erro no cálculo das verbas a serem repassadas pela União a título de complementação do FUNDEF.                                  | Trânsito em julgado   |                          | 1. "A complementação ao FUNDEF realizada a partir do valor mínimo anual por aluno fixada em desacordo com a média nacional impõe à União o dever de suplementação de recursos". 2. "Sendo tal obrigação imposta por título executivo judicial, aplica-se a sistemática dos precatórios, nos termos do art. 100 da Constituição Federal". |
| 422  | RE-636978         | Cálculo do valor mínimo nacional por aluno (VMNA) a ser repassado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). | Sem repercussão geral |                          |  |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|--|-----------------------|--------------------------|---|
| 424  | ARE-639228        | Indeferimento de produção de provas no âmbito de processo judicial.  | Sem repercussão geral |                          |   |
| 433  | ARE-640671        | Competência de juizados especiais face à alegação de complexidade da prova.  | Sem repercussão geral |                          |   |
| 435  | AI-842063         | Aplicação do artigo 1º-F da Lei 9.494/97 nas ações ajuizadas anteriormente à sua vigência.   | Trânsito em julgado   |                          | É compatível com a Constituição a aplicabilidade imediata do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com alteração pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001, ainda que em relação às ações ajuizadas antes de sua entrada em vigor. |
| 441  | RE-660968         | Exigência da regra constitucional da reserva de plenário para afastar a aplicação de norma anterior à Constituição Federal de 1988.  | Afetado               |                          |   |
| 442  | RE-638706         | Inexigibilidade de título judicial cujo fundamento contraria decisão superveniente do Superior Tribunal de Justiça sobre tema declarado de natureza infraconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. | Sem repercussão geral |                          |   |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|---|-----------------------|--------------------------|--|
| 446  | ARE-640523        | Destinação de parte do valor das astreintes a fundo estadual de defesa do consumidor.   | Sem repercussão geral |                          |  |
| 450  | ARE-638195        | Incidência de correção monetária no período compreendido entre a data do cálculo e a do efetivo pagamento da requisição de pequeno valor. | Trânsito em julgado   |                          | É devida correção monetária no período compreendido entre a data de elaboração do cálculo da requisição de pequeno valor – RPV e sua expedição para pagamento. |
| 458  | ARE-643085        | Direito do consumidor à exibição de documentos.   | Sem repercussão geral |                          |  |
| 460  | AI-846803         | Prosseguimento de Execução Fiscal lastreada em Certidão de Dívida Ativa supostamente ilíquida.  | Sem repercussão geral |                          |  |
| 463  | RE-637135         | Violação à coisa julgada em decorrência de preclusão referente à juntada de acordo apenas por ocasião dos embargos à execução.            | Sem repercussão geral |                          |  |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|--|-----------------------|--------------------------|--|
| 471  | RE-631111         | Legitimidade do Ministério Público para propor ação civil pública em defesa de interesses de beneficiários do DPVAT.                               | Trânsito em julgado   |                          | Com fundamento no art. 127 da Constituição Federal, o Ministério Público está legitimado a promover a tutela coletiva de direitos individuais homogêneos, mesmo de natureza disponível, quando a lesão a tais direitos, visualizada em seu conjunto, em forma coletiva e impessoal, transcender a esfera de interesses puramente particulares, passando a comprometer relevantes interesses sociais. |
| 476  | RE-608482         | Manutenção de candidato investido em cargo público por força de decisão judicial de caráter provisório pela aplicação da teoria do fato consumado. | Trânsito em julgado   |                          | Não é compatível com o regime constitucional de acesso aos cargos públicos a manutenção no cargo, sob fundamento de fato consumado, de candidato não aprovado que nele tomou posse em decorrência de execução provisória de medida liminar ou outro provimento judicial de natureza precária, supervenientemente revogado ou modificado.   |
| 482  | RE 611505         | Incidência de contribuição previdenciária sobre os valores pagos pelo empregador ao empregado nos primeiros quinze dias de auxílio-doença.         | Sem repercussão geral |                          |  |
| 494  | RE 596663         | Limites objetivos da coisa julgada em sede de execução.  | Trânsito em julgado   |                          | A sentença que reconhece ao trabalhador ou servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos.  |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA         | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|--|---------------------|--------------------------|--|
| 499  | RE 612043         | Limites subjetivos da coisa julgada referente à ação coletiva proposta por entidade associativa de caráter civil.  | Trânsito em julgado |                          | A eficácia subjetiva da coisa julgada formada a partir de ação coletiva, de rito ordinário, ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados, somente alcança os filiados, residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador, que o fossem em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, constantes da relação jurídica juntada à inicial do processo de conhecimento. |
| 503  | RE 661256         | Conversão de aposentadoria proporcional em aposentadoria integral por meio do instituto da desaposentação.   | Trânsito em julgado |                          | No âmbito do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, somente lei pode criar benefícios e vantagens previdenciárias, não havendo, por ora, previsão legal do direito à 'desaposentação' ou à 'reaposentação', sendo constitucional a regra do art. 18, § 2º, da Lei nº 8.213/91. (nova tese firmada em 06/02/2020)   |
| 505  | RE 595326         | Aplicação imediata EC nº 20/98 quanto a competência da Justiça do Trabalho para execução de contribuições previdenciárias decorrentes de sentenças anteriores à sua promulgação. | Trânsito em julgado |                          | "A Justiça do Trabalho é competente para executar, de ofício, as contribuições previstas no artigo 195, incisos I, alínea a, e II, da Carta da República, relativamente a títulos executivos judiciais por si formalizados em data anterior à promulgação da Emenda Constitucional nº 20/1998".  |
| 511  | RE 657686         | Compensação de débitos tributários com requisições de pequeno valor – RPV.   | Trânsito em julgado |                          | É constitucionalmente vedada a compensação unilateral de débitos em proveito exclusivo da Fazenda Pública ainda que os valores envolvidos não estejam sujeitos ao regime de precatórios, mas apenas à sistemática da requisição de pequeno valor.  |
| 519  | RE 659172         | Seqüestro de verbas públicas para pagamento de precatórios anteriores à Emenda Constitucional nº 62/2009.  | Trânsito em julgado |                          | O regime especial de precatórios trazido pela Emenda Constitucional nº 62/2009 aplica-se aos precatórios expedidos anteriormente a sua promulgação, observados a declaração de inconstitucionalidade parcial quando do julgamento da ADI nº 4.425 e os efeitos prospectivos do julgado.  |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO  | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|--|-----------------------|---|--|
| 521  | RE 612707         | Quebra da ordem cronológica do pagamento de precatórios alimentares para fins de sequestro de recursos públicos.   | Trânsito em julgado   | "Reconhecida a repercussão geral, impende a suspensão do processamento dos feitos pendentes que versem sobre a presente questão e tramitem no território nacional, por força do art. 1.035, § 5º, do CPC." (decisão publicada em 26.10.2016). | O pagamento parcelado dos créditos não alimentares, na forma do art. 78 do ADCT, não caracteriza preterição indevida de precatórios alimentares, desde que os primeiros tenham sido inscritos em exercício anterior ao da apresentação dos segundos, uma vez que, ressalvados os créditos de que trata o art. 100, § 2º, da Constituição, o pagamento dos precatórios deve observar as seguintes diretrizes: (1) a divisão e a organização das classes ocorrem segundo o ano de inscrição; (2) inicia-se o pagamento pelo exercício mais antigo em que há débitos pendentes; (3) quitam-se primeiramente os créditos alimentares; depois, os não alimentares do mesmo ano; (4) passa-se, então, ao ano seguinte da ordem cronológica, repetindo-se o esquema de pagamento; e assim sucessivamente. |
| 530  | RE 669367         | Desistência em mandado de segurança, sem aquiescência da parte contrária, após prolação de sentença de mérito, ainda que favorável ao impetrante.  | Trânsito em julgado   |   | É lícito ao impetrante desistir da ação de mandado de segurança, independentemente de aquiescência da autoridade apontada como coatora ou da entidade estatal interessada ou, ainda, quando for o caso, dos litisconsortes passivos necessários, a qualquer momento antes do término do julgamento, mesmo após eventual sentença concessiva do 'writ' constitucional, não se aplicando, em tal hipótese, a norma inscrita no art. 267, § 4º, do CPC/1973.  |
| 534  | ARE 664575        | Fixação, pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE, do prazo decadencial de 180 dias para a propositura de representações por doação de recursos de campanha eleitoral acima do limite legal. | Sem repercussão geral |   |  |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|--|-----------------------|--------------------------|--|
| 538  | RE 584247         | Competência para processar e julgar ação em que se discute pagamento de adicional de insalubridade a servidor público de ex-Território Federal ante a existência de convênio firmado entre a União e o Estado-membro para o qual cedido. | Sem repercussão geral |                          |  |
| 544  | RE 846854         | Competência para julgamento de abusividade de greve de servidores públicos celetistas.   | Trânsito em julgado   |                          | A justiça comum, federal ou estadual, é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da Administração pública direta, autarquias e fundações de direito público.  |
| 550  | RE 606003         | Competência para processar e julgar controvérsia a envolver relação jurídica entre representante e representada comerciais.  | Trânsito em julgado   |                          | Preenchidos os requisitos dispostos na Lei 4.886/65, compete à Justiça Comum o julgamento de processos envolvendo relação jurídica entre representante e representada comerciais, uma vez que não há relação de trabalho entre as partes.  |
| 558  | RE 678360         | Compensação de precatórios com débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora.  | Trânsito em julgado   |                          | A compensação dos débitos da Fazenda Pública inscritos em precatórios, prevista nos §§ 9º e 10 do art. 100 da Constituição Federal, incluídos pela EC nº 62/09, viola frontalmente o texto constitucional, pois obsta a efetividade da jurisdição (CRFB/88, art. 5º, XXXV), desrespeita a coisa julgada material (CRFB/88, art. 5º, XXXVI), vulnera a Separação dos Poderes (CRFB/88, art. 2º) e ofende a isonomia entre o Poder Público e o particular (CRFB/88, art. 5º, caput). |
| 561  | RE 409356         | Legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ação civil pública que visa a anular ato administrativo com fundamento na defesa do patrimônio público.   | Trânsito em julgado   |                          | O Ministério Público é parte legítima para o ajuizamento de ação coletiva que visa anular ato administrativo de aposentadoria que importe em lesão ao patrimônio público.  |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|---|-----------------------|--------------------------|--|
| 572  | RE 684169         | Competência para processar e julgar causas alusivas à parcela do imposto de renda retido na fonte pertencente ao Estado-membro.   | Trânsito em julgado   |                          | Compete à Justiça comum estadual processar e julgar causas alusivas à parcela do imposto de renda retido na fonte pertencente ao Estado-membro, porque ausente o interesse da União. |
| 577  | ARE 689765        | Ajuizamento de ação individual autônoma para pleitear o direito aos juros remuneratórios de caderneta, reconhecido em ação coletiva transitada em julgado.  | Sem repercussão geral |                          |  |
| 584  | ARE-655403        | Possibilidade de ingresso da Aneel e da Eletrobrás no polo passivo de ação de restituição de valores, com o deslocamento da competência para a Justiça Federal, e análise de eventual prescrição da ação. | Sem repercussão geral |                          |  |
| 585  | AI 797937         | Diminuição da base de cálculo de contribuições previdenciárias em decorrência de acordo celebrado em execução trabalhista.  | Sem repercussão geral |                          |  |
| 587  | ARE 690819        | Excesso de execução decorrente de eventual erro de cálculo em processo alusivo a diferenças de correção monetária em cadernetas de poupança, por alegados expurgos inflacionários.                        | Sem repercussão geral |                          |  |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|---|-----------------------|--------------------------|--|
| 597  | RE 729884         | Imposição ao INSS, nos processos em que figure como parte ré, do ônus de apresentar cálculos de liquidação do seu próprio débito.   | Sem repercussão geral |                          |  |
| 598  | RE 840435         | Sequestro de verbas públicas para pagamento de crédito a portador de moléstia grave sem observância à regra dos precatórios.  | Trânsito em julgado   |                          | O deferimento de sequestro de rendas públicas para pagamento de precatório deve se restringir às hipóteses enumeradas taxativamente na Constituição Federal de 1988.   |
| 607  | RE 733433         | Legitimidade da Defensoria Pública para propor ação civil pública em defesa de interesses difusos.  | Trânsito em julgado   |                          | A Defensoria Pública tem legitimidade para a propositura de ação civil pública que vise a promover a tutela judicial de direitos difusos ou coletivos de que sejam titulares, em tese, pessoas necessitadas. |
| 625  | ARE 696101        | Aplicabilidade dos juros de mora previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997 aos casos em que a Fazenda Pública é condenada subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas inadimplidas pelo empregador principal. | Sem repercussão geral |                          |  |
| 631  | ARE 683099        | Desnecessidade de comprovação do prévio exaurimento das vias extrajudiciais de busca de bens para o deferimento de penhora eletrônica pelo denominado sistema Bacen Jud, requerida após a Lei 11.382/2006.      | Sem repercussão geral |                          |  |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|---|-----------------------|--------------------------|--|
| 636  | RE 727281         | Conversão de direito de uso de linha telefônica, adquirido antes da privatização do Sistema Telebrás, em direito acionário da nova sociedade de economia mista criada pelo Município de Londrina.   | Sem repercussão geral |                          |  |
| 645  | ARE 694294        | Legitimidade processual ativa do Ministério Público para deduzir, em ação civil pública, pretensão de natureza tributária em defesa dos contribuintes.  | Trânsito em julgado   |                          | O Ministério Público não possui legitimidade ativa ad causam para, em ação civil pública, deduzir em juízo pretensão de natureza tributária em defesa dos contribuintes, que vise questionar a constitucionalidade/legalidade de tributo.                    |
| 658  | ARE 703595        | Possibilidade de a Fazenda Pública recusar a nomeação de precatórios à penhora, em razão da ordem de preferências estabelecida na legislação processual.  | Sem repercussão geral |                          |  |
| 660  | ARE 748371        | Violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa quando o julgamento da causa depender de prévia análise da adequada aplicação das normas infraconstitucionais. Extensão do entendimento ao princípio do devido processo legal e aos limites da coisa julgada | Sem repercussão geral |                          |  |
| 667  | RE 642895         | Legitimidade da reestruturação de quadro funcional por meio de aglutinação, em uma única carreira, de cargos anteriormente providos em carreiras diferenciadas, sem a observância do concurso público.  | Trânsito em julgado   |                          | É inconstitucional, por dispensar o concurso público, a reestruturação de quadro funcional por meio de aglutinação, em uma única carreira, de cargos diversos, quando a nova carreira tiver atribuições e responsabilidades diferentes dos cargos originais. |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|---|-----------------------|--------------------------|--|
| 670  | RE 719870         | Nulidade de acórdão, proferido em controle abstrato de constitucionalidade estadual, por falta de fundamentação quanto à compatibilidade dos cargos em comissão, criados por lei municipal, com as atribuições de direção, chefia e assessoramento. | Trânsito em julgado   |                          | I - No julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta para questionar a validade de leis que criam cargos em comissão, ao fundamento de que não se destinam a funções de direção, chefia e assessoramento, o Tribunal deve analisar as atribuições previstas para os cargos; II - Na fundamentação do julgamento, o Tribunal não está obrigado se pronunciar sobre a constitucionalidade de cada cargo criado, individualmente. |
| 673  | ARE 750489        | Prazo prescricional aplicável às execuções individuais de sentença prolatada em processo coletivo.  | Sem repercussão geral |                          |  |
| 675  | ARE 738109        | Suspensão de ação individual em razão da existência de ação coletiva.   | Sem repercussão geral |                          |  |
| 679  | RE 607447         | Validade da exigência do depósito recursal como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário na Justiça do Trabalho.  | Trânsito em julgado   |                          | Surge incompatível com a Constituição Federal exigência de depósito prévio como condição de admissibilidade do recurso extraordinário, no que não recepcionada a previsão constante do § 1º do artigo 899 da Consolidação das Leis do Trabalho, sendo inconstitucional a contida na cabeça do artigo 40 da Lei nº 8.177 e, por arrastamento, no inciso II da Instrução Normativa nº 3/1993 do Tribunal Superior do Trabalho.                 |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|--|-----------------------|--------------------------|---|
| 680  | ARE 728188        | Legitimidade do Ministério Público Eleitoral para recorrer de decisão que defere registro de candidatura, ainda que não haja apresentado impugnação ao pedido inicial.   | Trânsito em julgado   |                          | A partir das eleições de 2014, inclusive, o Ministério Público Eleitoral tem legitimidade para recorrer da decisão que julga o pedido de registro de candidatura, ainda que não tenha apresentado impugnação.   |
| 698  | RE 684612         | Limites do Poder Judiciário para determinar obrigações de fazer ao Estado, consistentes na realização de concursos públicos, contratação de servidores e execução de obras que atendam o direito social da saúde, ao qual a Constituição da República garante especial proteção. | Trânsito em julgado   |                          | 1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes. 2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado; 3. No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP). |
| 704  | RE 627432         | Constitucionalidade da denominada “cota de tela”, consistente na obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais nos cinemas brasileiros, e das sanções administrativas decorrentes da inobservância da cota.  | Trânsito em julgado   |                          | São constitucionais a cota de tela, consistente na obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais nos cinemas brasileiros, e as sanções administrativas decorrentes de sua inobservância.  |
| 715  | ARE 796473        | Limites territoriais da eficácia de decisão prolatada em ação coletiva.  | Sem repercussão geral |                          |   |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO  | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|---|-----------------------|---|--|
| 725  | RE 958252         | Terceirização de serviços para a consecução da atividade-fim da empresa.  | Trânsito em julgado   |   | É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante.  |
| 733  | RE 730462         | Eficácia temporal de sentença transitada em julgado fundada em norma supervenientemente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado.                 | Trânsito em julgado   |   | A decisão do Supremo Tribunal Federal declarando a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de preceito normativo não produz a automática reforma ou rescisão das decisões anteriores que tenham adotado entendimento diferente. Para que tal ocorra, será indispensável a interposição de recurso próprio ou, se for o caso, a propositura de ação rescisória própria, nos termos do art. 485 do CPC, observado o respectivo prazo decadencial (CPC, art. 495). |
| 739  | ARE 791932        | Possibilidade de recusa de aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/1997 em razão da invocação da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, sem observância da regra de reserva de plenário.     | Trânsito em julgado   | "(...)nos termos do art. 543-B, § 1º, do CPC e do art. 328 do RISTF, o sobrestamento determinado pela decisão embargada deve abranger todas as causas que apresentem questão idêntica à que será resolvida com foros de repercussão geral no presente caso (Tema 739 – Possibilidade de | "É nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o art. 949 do Código de Processo Civil"   |
| 740  | ARE 808726        | Competência para processar e julgar causas relativas a prestações por parte da Assistência Multidisciplinar de Saúde – AMS, oferecida pela Petrobras a seus empregados e respectivos dependentes. | Sem repercussão geral |   |  |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|--|-----------------------|--------------------------|--|
| 747  | RE 655466         | Cabimento de reclamação para o Superior Tribunal de Justiça por alegada usurpação de sua competência por Tribunal de Justiça estadual.   | Sem repercussão geral |                          |  |
| 752  | RE 753681         | Legitimidade do consumidor final para propor ação de repetição de indébito tributário relativo a valores do ICMS incidente sobre a demanda contratada de energia elétrica.   | Sem repercussão geral |                          |  |
| 753  | ARE 815188        | Incorporação do valor integral da Gratificação de Atividade Policial – GAP ao salário-base dos policiais militares do Estado de São Paulo.   | Sem repercussão geral |                          |  |
| 760  | RE 630643         | processar e julgar causas em que se discute o direito de servidores estatutários do extinto Departamento de Correios e Telégrafos optantes pelo regime celetista à percepção de quinquênios completados anteriormente à opção. | Sem repercussão geral |                          |  |
| 768  | ARE 823347        | Possibilidade de execução das decisões de condenação patrimonial proferidas pelos Tribunais de Contas por iniciativa do Ministério Público, atuante ou não junto às Cortes de Contas, seja federal, seja estadual.             | Trânsito em julgado   |                          | Somente o ente público beneficiário possui legitimidade ativa para a propositura de ação executiva decorrente de condenação patrimonial imposta por Tribunais de Contas (CF, art. 71, § 3º). |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|--|-----------------------|--------------------------|---|
| 769  | RE 823319         | Restituição de valores referentes à parcela denominada comissão de corretagem cobrada de consumidor que adquire imóvel diretamente de construtora ou de incorporadora.   | Sem repercussão geral |                          |   |
| 770  | RE 819641         | honorários advocatícios nas execuções não embargadas, nos casos em que a parte exequente renuncia aos valores excedentes a quarenta salários mínimos, a fim de possibilitar o pagamento por meio de requisição de pequeno valor – RPV.   | Sem repercussão geral |                          |   |
| 774  | RE 827538         | Competência legislativa, se privativa da União ou concorrente, para adoção de política pública dirigida a compelir concessionária de energia elétrica a promover investimentos, com recursos de parcela da receita operacional auferida, voltados à proteção e à preservação ambiental de mananciais hídricos em que ocorrer a exploração. | Trânsito em julgado   |                          | "A norma estadual que impõe à concessionária de geração de energia elétrica a promoção de investimentos, com recursos identificados como parcela da receita que auferir, voltados à proteção e à preservação de mananciais hídricos é inconstitucional por configurar intervenção indevida do Estado no contrato de concessão da exploração do aproveitamento energético dos cursos de água, atividade de competência da União, conforme art. 21, XII, 'b', da Constituição Federal". |
| 775  | RE 598650         | Competência da Justiça Federal para processar e julgar ação rescisória proposta pela União, na qualidade de terceira interessada, visando rescindir decisão proferida por juiz estadual.   | Trânsito em julgado   |                          | Compete ao Tribunal Regional Federal processar ação rescisória proposta pela União com o objetivo de desconstituir sentença transitada em julgado proferida por juiz estadual, quando afeta interesses de órgão federal.  |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|---|-----------------------|--------------------------|---|
| 780  | ARE 840432        | Legitimidade do conhecimento de ofício da incompetência para o julgamento de execução fiscal na hipótese de inobservância do art. 578 do Código de Processo Civil.        | Sem repercussão geral |                          |   |
| 783  | ARE 840920        | Possibilidade de arbitramento de honorários advocatícios no curso de execução provisória.   | Sem repercussão geral |                          |   |
| 792  | RE 729107         | Possibilidade de aplicação da Lei distrital 3.624/2005, que reduziu para 10 salários mínimos o teto para expedição de requisição de pequeno valor, às execuções em curso. | Trânsito em julgado   |                          | Lei disciplinadora da submissão de crédito ao sistema de execução via precatório possui natureza material e processual, sendo inaplicável a situação jurídica constituída em data que a anteceda. |
| 797  | ARE 836819        | Viabilidade de recurso extraordinário contra acórdão proferido por Juizado Especial Cível da Lei 9.099/1995 em matéria de indenização decorrente de acidente de trânsito. | Sem repercussão geral |                          |   |
| 798  | ARE 837318        | Viabilidade de recurso extraordinário contra acórdão de Juizado Especial Cível da Lei 9.099/1995 em matéria de revisão contratual.  | Sem repercussão geral |                          |   |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA |
|------|-------------------|--|-----------------------|--------------------------|--------------|
| 799  | ARE 722421        | Possibilidade da devolução de valores recebidos em virtude de tutela antecipada posteriormente revogada.   | Sem repercussão geral |                          |              |
| 800  | ARE 835833        | Viabilidade de recurso extraordinário contra acórdão proferido por Juizado Especial Cível da Lei 9.099/1995 em matéria de responsabilidade pelo adimplemento de obrigação assumida em contrato de direito privado. | Sem repercussão geral |                          |              |
| 805  | ARE 868457        | Legitimidade da definição da data de entrada do requerimento administrativo como marco temporal dos efeitos financeiros da revisão de benefício previdenciário.  | Sem repercussão geral |                          |              |
| 807  | ARE 865645        | Preenchimento dos requisitos para concessão do benefício assistencial previsto no art. 203, V, da Constituição Federal.  | Sem repercussão geral |                          |              |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO  | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|---|-----------------------|---|--|
| 810  | RE 870947         | Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009. | Trânsito em julgado   | DEFIRO excepcionalmente efeito suspensivo aos embargos de declaração opostos pelos entes federativos estaduais, com fundamento no artigo 1.026, §1º, do CPC/2015 c/c o artigo 21, V, do RISTF." (decisão publicada em 25/09/2018) | 1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; e 2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina. |
| 812  | RE 751526         | Quantificação da condenação em honorários advocatícios nas ações previdenciárias: incidência ou não de verba honorária sobre as prestações vencidas após a prolação da sentença.                              | Sem repercussão geral |   |  |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|--|-----------------------|--------------------------|---|
| 820  | RE 860508         | a) Competência para processar e julgar conflitos entre juizado especial federal e juízo estadual no exercício da competência federal delegada; b) Pressuposto fático para a incidência do art. 109, § 3º, da Lei Maior: a inexistência de juízo federal no município ou a inexistência de juízo federal na comarca onde reside o | Trânsito em julgado   |                          | A competência prevista no § 3º do artigo 109 da Constituição Federal, da Justiça comum, pressupõe inexistência de Vara Federal na Comarca do domicílio do segurado.   |
| 823  | RE 883642         | Legitimidade dos sindicatos para a execução de título judicial, independentemente de autorização dos sindicalizados.   | Trânsito em julgado   |                          | Os sindicatos possuem ampla legitimidade extraordinária para defender em juízo os direitos e interesses coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representam, inclusive nas liquidações e execuções de sentença, independentemente de autorização dos substituídos.  |
| 828  | ARE 891653        | Obrigatoriedade de inclusão da Caixa Econômica Federal como litisconsorte passiva necessária, e consequente competência da Justiça Federal para julgar a demanda, em ação de indenização por vícios na construção de imóvel adquirido no âmbito do programa governamental Minha Casa, Minha Vida                                 | Sem repercussão geral |                          |   |
| 831  | RE 889173         | Obrigatoriedade de pagamento, mediante o regime de precatórios, dos valores devidos pela Fazenda Pública entre a data da impetração do mandado de segurança e a efetiva implementação da ordem concessiva.   | Trânsito em julgado   |                          | O pagamento dos valores devidos pela Fazenda Pública entre a data da impetração do mandado de segurança e a efetiva implementação da ordem concessiva deve observar o regime de precatórios previsto no artigo 100 da Constituição Federal.   |
| 836  | ARE 824781        | Exigência de comprovação de prejuízo material aos cofres públicos como condição para a propositura de ação popular.  | Trânsito em julgado   |                          | Não é condição para o cabimento da ação popular a demonstração de prejuízo material aos cofres públicos, dado que o art. 5º, inciso LXXIII, da Constituição Federal estabelece que qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular e impugnar, ainda que separadamente, ato lesivo ao patrimônio material, moral, cultural ou histórico do Estado ou de entidade de que ele participe. |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|---|-----------------------|--------------------------|--|
| 841  | RE 1002295        | Constitucionalidade do art. 114, § 2º, da Constituição Federal, alterado pela EC 45/2004, que prevê a necessidade de comum acordo entre as partes como requisito para o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza econômica. | Trânsito em julgado   |                          | É constitucional a exigência de comum acordo entre as partes para ajuizamento de dissídio coletivo de natureza econômica, conforme o artigo 114, §2º, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004.   |
| 847  | RE 887671         | Definição dos limites à atuação do Poder Judiciário quanto ao preenchimento de cargo de defensor público em localidades desamparadas.   | Trânsito em julgado   |                          | Ofende a autonomia administrativa das Defensorias Públicas decisão judicial que determine a lotação de defensor público em localidade desamparada, em desacordo com os critérios previamente definidos pela própria instituição, desde que observados os critérios do art. 98, caput e § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT. |
| 848  | ARE 901963        | Limites subjetivos de sentença condenatória genérica transitada em julgado proferida nos autos de ação civil pública ajuizada por associação.   | Sem repercussão geral |                          |  |
| 850  | RE 643978         | Legitimidade do Ministério Público para a propositura de ação civil pública em defesa de direitos relacionados ao FGTS, tendo em vista a vedação contida no art. 1º, parágrafo único, da Lei 7.347/1985.                        | Trânsito em julgado   |                          | O Ministério Público tem legitimidade para a propositura de ação civil pública em defesa de direitos sociais relacionados ao FGTS.   |
| 853  | ARE 906491        | Competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar reclamação trabalhista, fundada em contrato de trabalho regido pela CLT, na qual figura o Poder Público no polo passivo.   | Trânsito em julgado   |                          | Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar demandas visando a obter prestações de natureza trabalhista, ajuizadas contra órgãos da Administração Pública por servidores que ingressaram em seus quadros, sem concurso público, antes do advento da CF/88, sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.                                   |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA         | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|---|---------------------|--------------------------|--|
| 855  | RE 806339         | Definição do alcance do art. 5º, XVI, da Constituição Federal, notadamente da exigência de aviso prévio à autoridade competente como pressuposto para o legítimo exercício da liberdade de reunião.   | Trânsito em julgado |                          | A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustrate outra reunião no mesmo local.   |
| 856  | ARE 914045        | a) Necessidade de submissão de demanda judicial a regra da reserva de plenário na hipótese em que a decisão judicial estiver fundada em jurisprudência do Plenário do Supremo Tribunal Federal ou em Súmula deste Tribunal; b) Constitucionalidade de restrições impostas pelo Estado ao livre exercício de atividade econômica ou profissional, quando aquelas forem | Trânsito em julgado |                          | I - É desnecessária a submissão à regra da reserva de plenário quando a decisão judicial estiver fundada em jurisprudência do Plenário ou em Súmula deste Supremo Tribunal Federal;<br>II - É inconstitucional a restrição ilegítima ao livre exercício de atividade econômica ou profissional, quando imposta como meio de cobrança indireta de tributos.   |
| 858  | RE 1010819        | Aptidão, ou não, da ação civil pública para afastar a coisa julgada, em particular quando já transcorrido o biênio para o ajuizamento da rescisória.  | Acórdão publicado   |                          | I - O trânsito em julgado de sentença condenatória proferida em sede de ação desapropriatória não obsta a propositura de Ação Civil Pública em defesa do patrimônio público, para discutir a dominialidade do bem expropriado, ainda que já se tenha expirado o prazo para a Ação Rescisória; II - Em sede de Ação de Desapropriação, os honorários sucumbenciais só serão devidos caso haja devido pagamento da indenização aos expropriados. |
| 859  | RE 678162         | Competência para processar e julgar ações de insolvência civil nas quais haja interesse da União, entidade autárquica ou empresa pública federal.   | Trânsito em julgado |                          | A insolvência civil está entre as exceções da parte final do artigo 109, I, da Constituição da República, para fins de definição da competência da Justiça Federal.  |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|--|-----------------------|--------------------------|--|
| 861  | ARE 907209        | Natureza jurídica de direitos: se individuais homogêneos ou heterogêneos.  | Sem repercussão geral |                          |  |
| 862  | ARE 911161        | Termo inicial da contagem do prazo para apresentação de defesa no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.  | Sem repercussão geral |                          |  |
| 863  | RE 736090         | Limites da multa fiscal qualificada em razão de sonegação, fraude ou conluio, tendo em vista a vedação constitucional ao efeito confiscatório. | Trânsito em julgado   |                          | Até que seja editada lei complementar federal sobre a matéria, a multa tributária qualificada em razão de sonegação, fraude ou conluio limita-se a 100% (cem por cento) do débito tributário, podendo ser de até 150% (cento e cinquenta por cento) do débito tributário caso se verifique a reincidência definida no art. 44, § 1º-A, da Lei nº 9.430/96, incluído pela Lei nº 14.689/23, observando-se, ainda, o disposto no § 1º-C do citado artigo.<br>MODULAÇÃO DE EFEITOS: "Por fim, modulou os efeitos da decisão para estabelecer que ela passe a produzir efeitos a partir da edição da Lei nº 14.689/23, mantidos os patamares atualmente fixados pelos entes da federação até os limites da tese, ficando ressalvados desses efeitos (i) as ações judiciais e os processos administrativos pendentes de conclusão até a referida data; e (ii) os fatos geradores ocorridos até a referida data em relação aos quais não tenha havido o pagamento de multa abrangida pelo presente tema de repercussão geral." |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|--|-----------------------|--------------------------|--|
| 865  | RE 922144         | Compatibilidade da garantia da justa e prévia indenização em dinheiro (CF/88, art. 5º, XXIV) com o regime de precatórios (CF/88, art. 100).        | Trânsito em julgado   |                          | "No caso de necessidade de complementação da indenização, ao final do processo expropriatório, deverá o pagamento ser feito mediante depósito judicial direto se o Poder Público não estiver em dia com os precatórios".<br>O Tribunal, por maioria, deu parcial provimento aos embargos de declaração com efeitos infringentes para: (i) esclarecer que caberá ao |
| 870  | ARE 907777        | Legitimidade do Município de Mossoró/RN para figurar no polo passivo de demanda visando à complementação de aposentadoria.                         | Sem repercussão geral |                          |  |
| 873  | ARE 925754        | Compatibilidade da execução individual de sentença condenatória genérica proferida em ação coletiva com o art. 100, § 8º, da Constituição Federal. | Trânsito em julgado   |                          | Não viola o art. 100, § 8º, da Constituição Federal a execução individual de sentença condenatória genérica proferida contra a Fazenda Pública em ação coletiva visando à tutela de direitos individuais homogêneos.   |
| 877  | RE 938837         | Submissão dos conselhos de fiscalização profissional à execução pelo regime de precatórios.  | Trânsito em julgado   |                          | Os pagamentos devidos, em razão de pronunciamento judicial, pelos Conselhos de Fiscalização não se submetem ao regime de precatórios.  |
| 878  | RE 864264         | Competência da Justiça do Trabalho para declarar a existência de grupo econômico em execução trabalhista quando já prolatada sentença falimentar.  | Sem repercussão geral |                          |  |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA         | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO   | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|---|---------------------|--|---|
| 884  | RE 928902         | Imunidade tributária recíproca em relação ao IPTU incidente sobre bens imóveis mantidos sob a propriedade fiduciária da Caixa Econômica Federal, mas que não se comunicam com o patrimônio desta, porque integrados ao Programa de Arrendamento Residencial – PAR, criado e mantido pela União, nos | Trânsito em julgado | O Ministro Relator determinou a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional, nos termos do art. 1.035, § 5º do CPC/2015. (decisão publicada em 07.06.2016)                        | Os bens e direitos que integram o patrimônio do fundo vinculado ao Programa de Arrendamento Residencial - PAR, criado pela Lei 10.188/2001, beneficiam-se da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.   |
| 885  | RE 955227         | Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado.  | Trânsito em julgado | O Ministro Relator determinou a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional, nos termos do art. 1.035, § 5º do CPC/2015 e do art. 328 do RISTF. (decisão publicada em 27.04.2016) | 1. As decisões do STF em controle incidental de constitucionalidade, anteriores à instituição do regime de repercussão geral, não impactam automaticamente a coisa julgada que se tenha formado, mesmo nas relações jurídicas tributárias de trato sucessivo. 2. Já as decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado nas referidas relações, respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo.<br>Modulação de efeitos (Embargos): "Embargos de declaração da parte parcialmente acolhidos para afastar exclusivamente as multas tributárias cujo fato gerador tenha ocorrido até a data da publicação da ata do julgamento de mérito (13.02.2023), impostas aos contribuintes que possuíam decisão favorável transitada em julgado em ações judiciais propostas para questionar a exigibilidade da CSLL. Fica preservada a incidência dos juros de mora e da correção monetária e vedada a repetição dos valores já recolhidos a título de multa de qualquer natureza". (acórdão publicado em 20/08/2024). |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|---|-----------------------|--------------------------|--|
| 895  | RE 956302         | Ofensa ao princípio da inafastabilidade de jurisdição na hipótese em que há óbice processual intransponível ao julgamento de mérito.                                | Sem repercussão geral |                          |  |
| 896  | ARE 940225        | Cabimento de apelação contra decisão judicial que extingue execução fiscal de pequeno valor.  | Sem repercussão geral |                          |  |
| 901  | RE 956304         | Momento no qual deve cessar o pagamento do benefício de abono de permanência: se do protocolo do pedido de aposentadoria ou do aperfeiçoamento do ato de jubilação. | Sem repercussão geral |                          | É infraconstitucional, a ela se aplicando os efeitos da ausência de repercussão geral, a controvérsia relativa à definição do momento da suspensão do pagamento do abono de permanência.   |
| 902  | ARE 970082        | Despesas processuais que compõem o preparo recursal.  | Sem repercussão geral |                          | A questão das despesas que compõem o preparo recursal tem natureza infraconstitucional, e a ela se atribuem os efeitos da ausência de repercussão geral, nos termos do precedente fixado no RE 584.608, rel. a Ministra Ellen Gracie, DJe 13/03/2009.  |
| 909  | RE 959489         | Preenchimento dos pressupostos necessários ao gozo da imunidade tributária recíproca pela Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA.                                     | Sem repercussão geral |                          | A questão do preenchimento dos pressupostos da imunidade recíproca pela Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA tem natureza infraconstitucional, e a ela se atribuem os efeitos da ausência de repercussão geral, nos termos do precedente fixado no RE 584.608, rel. a Ministra Ellen Gracie, DJe 13/03/2009. |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|--|-----------------------|--------------------------|--|
| 917  | ARE 878911        | Competência para iniciativa de lei municipal que preveja a obrigatoriedade de instalação de câmeras de segurança em escolas públicas municipais e cercanias.   | Trânsito em julgado   |                          | Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal).   |
| 928  | ARE 1001075       | Competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar ação que discute verbas trabalhistas, referentes a período regido pela CLT, supostamente devidas a empregados públicos que migraram, posteriormente, para o regime estatutário. | Trânsito em julgado   |                          | Reafirmada a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que compete à Justiça do Trabalho processar e julgar ações em que se discute o direito às verbas trabalhistas relativas ao período em que o servidor mantinha vínculo celetista com a Administração, antes, portanto, da transposição para o regime estatutário. |
| 951  | RE 1023750        | Direito dos servidores federais às diferenças relacionadas ao reajuste de 47,11% sobre a parcela denominada adiantamento do PCCS (adiantamento pecuniário) após a mudança para o regime estatutário.                                       | Trânsito em julgado   |                          | Servidores que tiveram relação jurídica regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, modificada considerado o Regime Jurídico Único, têm direito à diferença remuneratória decorrente do plano de cargos e salários – PCCS.  |
| 961  | ARE 1038507       | Impenhorabilidade de propriedade familiar, localizada na zona rural, que não é o único bem imóvel dessa natureza pertencente à família.  | Trânsito em julgado   |                          | É impenhorável a pequena propriedade rural familiar constituída de mais de 01 (um) terreno, desde que contínuos e com área total inferior a 04 (quatro) módulos fiscais do município de localização.   |
| 978  | ARE 1056610       | Possibilidade de fixação de honorários advocatícios do defensor dativo a partir da tabela de valores do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, conforme previsto no § 1º do art. 22 da Lei n. 8.906/1994.                    | Sem repercussão geral |                          | Não possui repercussão geral, em virtude de sua natureza infraconstitucional, a discussão a respeito da fixação, à luz do § 1º do art. 22 da Lei nº 8.906/94, de honorários advocatícios de defensor dativo a partir da tabela de valores de Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.                                      |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO   | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|---|-----------------------|--|--|
| 980  | RE 1086583        | Discussão alusiva à intangibilidade da coisa julgada quanto aos juros estabelecidos em processo de conhecimento ou em execução contra a Fazenda Pública e, ainda, sobre a possibilidade de limitação dos efeitos pecuniários da condenação ao advento do regime jurídico único (RJU). | Cancelado             |  |  |
| 981  | ARE 1074291       | Necessidade de licitação específica para a criação de nova praça de pedágio no entroncamento das rodovias federais BR-153 e BR-369.   | Sem repercussão geral |  | A questão da criação de nova praça de pedágio, sem licitação específica, no entroncamento das rodovias federais BR-153 e BR-369, cujas concessões foram devidamente licitadas, tem natureza infraconstitucional, e a ela se atribuem os efeitos da ausência de repercussão geral, nos termos do precedente fixado no RE 584.608, rel. Min. Ellen Gracie, Dje de 13/3/2009. |
| 982  | RE 860631         | Discussão relativa à constitucionalidade do procedimento de execução extrajudicial nos contratos de mútuo com alienação fiduciária de imóvel, pelo Sistema Financeiro Imobiliário - SFI, conforme previsto na Lei n. 9.514/1997.  | Trânsito em julgado   | "INDEFIRO o pedido de suspensão nacional dos processos judiciais em trâmite, a suspensão dos procedimentos de execução extrajudicial de extrajudicial da cláusula de alienação fiduciária em garantia, haja vista imóveis alienados fiduciariamente com sua compatibilidade com as garantias processuais previstas na Lei 9.514/1997 " (decisão Constituição Federal". monocrática publicada em 16/08/2018). |  |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA         | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO   | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|---|---------------------|--|--|
| 987  | RE 1037396        | Discussão sobre a constitucionalidade do art. 19 da Lei n. 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) que determina a necessidade de prévia e específica ordem judicial de exclusão de conteúdo para a responsabilização civil de provedor de internet, websites e gestores de aplicativos de redes sociais por danos decorrentes de atos ilícitos praticados por terceiros. | Acórdão publicado   |  | <a href="https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15381980293&amp;ext=.pdf">https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15381980293&amp;ext=.pdf</a>  |
| 992  | RE 960429         | Discussão quanto à competência para processar e julgar controvérsias nas quais se pleiteiam questões afetas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame, em face de pessoa jurídica de direito privado.  | Trânsito em julgado | "Ante o exposto, defiro o pedido de suspensão nacional dos feitos sobre o mesmo tema (art. 1.035, §5º, do CPC)." | Compete à Justiça Comum processar e julgar controvérsias relacionadas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame em face da Administração Pública, direta e indireta, nas hipóteses em que adotado o regime celetista de contratação de pessoas, salvo quando a sentença de mérito tiver sido proferida antes de 6 de junho de 2018, situação em que, até o trânsito em julgado e a sua execução, a competência continuará a ser da Justiça do Trabalho. |
| 994  | RE 1089282        | Controvérsia relativa à competência para processar e julgar demandas nas quais se discutem o recolhimento e o repasse de contribuição sindical de servidores públicos regidos pelo regime estatutário, questão não abrangida pela ADI n. 3.395.   | Trânsito em julgado |  | Compete à Justiça comum processar e julgar demandas em que se discute o recolhimento e o repasse de contribuição sindical de servidores públicos regidos pelo regime estatutário.  |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|--|-----------------------|--------------------------|---|
| 1002 | RE 1140005        | Discussão relativa ao pagamento de honorários à Defensoria Pública, em litígio com ente público ao qual vinculada.   | Trânsito em julgado   |                          | 1. É devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra; 2. O valor recebido a título de honorários sucumbenciais deve ser destinado, exclusivamente, ao aparelhamento das Defensorias Públicas, vedado o seu rateio entre os membros da instituição.<br>Modulação de efeitos: "a tese de julgamento firmada não deve atingir decisões já transitadas em julgados ou processos em trâmite nos quais a questão relacionada aos honorários advocatícios sucumbenciais esteja preclusa." Tudo nos termos do voto do Relator. Decisão de julgamento de 02/10/2023. |
| 1004 | RE 629647         | Discussão relativa à existência de litisconsórcio passivo necessário de sindicato representante de empregados diretamente afetados por acordo celebrado em ação civil pública entre empresa de economia mista e Ministério Público do Trabalho.                                | Trânsito em julgado   |                          | Em ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho em face de empresa estatal, com o propósito de invalidar a contratação irregular de pessoal, não é cabível o ingresso, no polo passivo da causa, de todos os empregados atingidos, mas é indispensável sua representação pelo sindicato da categoria.  |
| 1007 | RE 862668         | Controvérsia relativa à impossibilidade de redução dos vencimentos de prestador de serviço no exterior, com regime convertido compulsoriamente nos termos do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), no momento de sua transferência para o Brasil | Sem repercussão geral |                          | O Tribunal, por maioria, reconheceu a inexistência de repercussão geral da questão, por não se tratar de matéria constitucional, vencidos os Ministros Marco Aurélio e Dias Toffoli.  |
| 1017 | ARE 1163485       | Critérios legais de aferição da renda do segurado, para fins de percepção do benefício do auxílio-reclusão.  | Sem repercussão geral |                          | É infraconstitucional, a ela se aplicando os efeitos da ausência de repercussão geral, a controvérsia sobre os critérios legais de aferição da renda do segurado, para fins de percepção do benefício do auxílio-reclusão.  |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO  | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|--|-----------------------|---|---|
| 1030 | RE 1007436        | Definição do termo inicial do prazo para a propositura da ação rescisória em casos de alegada fraude contra o Erário e contra a administração da Justiça                                   | Sem repercussão geral |   | É infraconstitucional, a ela aplicando-se os efeitos da ausência de repercussão geral, controvérsia acerca do termo inicial para o ajuizamento de ação rescisória, quando a decisão transitada em julgado, supostamente, foi proferida com fraude ao erário e à administração da Justiça.                                 |
| 1037 | RE 1169289        | Incidência de juros moratórios no período compreendido entre a data da elaboração do cálculo do precatório ou da Requisição de Pequeno Valor (RPV) e seu efetivo pagamento.                | Trânsito em julgado   |   | O enunciado da Súmula Vinculante 17 não foi afetado pela superveniência da Emenda Constitucional 62/2009, de modo que não incidem juros de mora no período de que trata o § 5º do art. 100 da Constituição. Havendo o inadimplemento pelo ente público devedor, a fluência dos juros inicia-se após o 'período de graça'. |
| 1064 | ARE 1217850       | Condenação de ente público ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais em favor de defensoria pública vinculada a ente diverso.  | Sem repercussão geral |   |   |
| 1074 | RE 1240999        | Exigência de inscrição de Defensor Público nos Quadros da Ordem dos Advogados do Brasil para o exercício de suas funções públicas.   | Trânsito em julgado   |   | É inconstitucional a exigência de inscrição do Defensor Público nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil.   |
| 1075 | RE 1101937        | Constitucionalidade do art. 16 da Lei 7.347/1985, segundo o qual a sentença na ação civil pública fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator. | Trânsito em julgado   | Decisão do Ministro Alexandre de Moraes I - É inconstitucional o art. 16 da Lei 7.347/1985, alterada pela Lei proferida em 11/03/2021: "(...) ACOLHO O 9.494/1997. II - Em se tratando de ação civil pública de efeitos nacionais PEDIDO DA PROCURADORIA-GERAL DA ou regionais, a competência deve observar o art. 93, II, da Lei REPÚBLICA E REVOGO A DECISÃO DE 16/4/2020, 8.078/1990. III - Ajuizadas múltiplas ações civis públicas de âmbito nacional ou regional, firma-se a prevenção do juízo que primeiro PROCESSOS PENDENTES, INDIVIDUAIS OU conheceu de uma delas, para o julgamento de todas as demandas COLETIVOS, QUE VERSEM SOBRE A QUESTÃO E conexas. |   |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA         | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|--|---------------------|--------------------------|---|
| 1092 | RE 1265549        | Competência para processar e julgar demandas sobre complementação de aposentadoria instituída por lei, cuja responsabilidade pelo pagamento recaia diretamente sobre a Administração Pública direta ou indireta. | Trânsito em julgado |                          | Compete à Justiça comum processar e julgar causas sobre complementação de aposentadoria instituída por lei cujo pagamento seja, originariamente ou por sucessão, da responsabilidade da Administração Pública direta ou indireta, por derivar essa responsabilidade de relação jurídico-administrativa.<br>- Modulação do alcance da tese: "O Tribunal, por unanimidade, acolheu os embargos de declaração para modular os efeitos do acórdão embargado de modo que os processos que tiveram sentença de mérito proferida até a data da publicação do acórdão do julgamento do recurso no Plenário do Supremo Tribunal Federal, 19 de junho de 2020, prossigam na Justiça do Trabalho até o trânsito em julgado e final execução, nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente)". |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA         | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|---|---------------------|--------------------------|---|
| 1118 | RE 1298647        | Ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931 (Tema 246). | Trânsito em julgado |                          | <p>1. Não há responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviços contratada, se amparada exclusivamente na premissa da inversão do ônus da prova, remanescendo imprescindível a comprovação, pela parte autora, da efetiva existência de comportamento negligente ou nexos de causalidade entre o dano por ele invocado e a conduta comissiva ou omissiva do poder público. 2. Haverá comportamento negligente quando a Administração Pública permanecer inerte após o recebimento de notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou outro meio idôneo. 3. Constitui responsabilidade da Administração Pública garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores, quando o trabalho for realizado em suas dependências ou local previamente convencionado em contrato, nos termos do art. 5º-A, § 3º, da Lei nº 6.019/1974. 4. Nos contratos de terceirização, a Administração Pública deverá: (i) exigir da contratada a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974; e (ii) adotar medidas para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas pela contratada, na forma do art. 121, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, tais como condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas do mês anterior.</p> |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|--|-----------------------|--------------------------|---|
| 1119 | ARE 1293130       | Necessidade de juntada da autorização expressa dos associados, da relação nominal, bem como da comprovação de filiação prévia, para a cobrança de valores pretéritos de título judicial decorrente de mandado de segurança coletivo impetrado por entidade associativa de caráter civil. | Trânsito em julgado   |                          | É desnecessária a autorização expressa dos associados, a relação nominal deste, bem como a comprovação de filiação prévia, para a cobrança de valores pretéritos de título judicial decorrente de mandado de segurança coletivo impetrado por entidade associativa de caráter civil.  |
| 1123 | ARE 1298177       | Controvérsia relativa ao direito à execução da multa de 40% sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), prevista no artigo 18, § 1º, da Lei 8.036/1990, quando não expressamente constante do título executivo judicial.   | Sem repercussão geral |                          |   |
| 1142 | RE 1309081        | Possibilidade de fracionamento da execução de honorários advocatícios sucumbenciais fixados em ação coletiva contra a Fazenda Pública, proporcionalmente às execuções individuais de cada beneficiário substituído.  | Acórdão publicado     |                          | Os honorários advocatícios constituem crédito único e indivisível, de modo que o fracionamento da execução de honorários advocatícios sucumbenciais fixados em ação coletiva contra a Fazenda Pública, proporcionalmente às execuções individuais de cada beneficiário, viola o § 8º do artigo 100 da Constituição Federal.   |
| 1143 | RE 1288440        | Competência para julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o Poder Público, em que se pleiteia prestação de natureza administrativa.  | Trânsito em julgado   |                          | "1. A Justiça Comum é competente para julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o Poder Público, em que se pleiteia parcela de natureza administrativa", e modulou os efeitos da decisão para manter na Justiça do Trabalho, até o trânsito em julgado e correspondente execução, os processos em que houver sido proferida sentença de mérito até a data de publicação da presente ata de julgamento. |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|--|-----------------------|--------------------------|---|
| 1146 | ARE 1320407       | Ofensa à garantia da inafastabilidade de jurisdição nas hipóteses em que a instância ordinária, destinatária da prova, considera suficientes para resolução do mérito da controvérsia apenas os documentos apresentados com a inicial. | Sem repercussão geral |                          | É infraconstitucional, a ela se aplicando os efeitos da ausência de repercussão geral, a controvérsia relativa à ofensa ao princípio da inafastabilidade de jurisdição quando a instância ordinária, com base na legislação aplicável e no conjunto fático-probatório constante dos autos, julgar, ainda que antecipadamente, o mérito da causa, por decisão fundamentada e garantidos os meios recursais cabíveis.   |
| 1153 | RE 1329115        | Legitimidade passiva do credor fiduciário para figurar em execução fiscal de cobrança do IPVA incidente sobre veículo objeto de alienação fiduciária.  | Trânsito em julgado   |                          | É inconstitucional a eleição do credor fiduciário como contribuinte ou responsável tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) incidente sobre veículo alienado fiduciariamente, ressalvada a hipótese da consolidação de sua propriedade plena sobre o bem.<br>MODULAÇÃO DE EFEITOS: "(...) modulou os efeitos da decisão (arts. 8º e 927, § 3º, do Código de Processo Civil, e arts. 20 e 21 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), para que a tese produza efeitos ex nunc, a contar da publicação da ata de julgamento do mérito, ressalvadas as hipóteses de ações judiciais e de processos administrativos pendentes de conclusão até o marco temporal epigrafado. (...)". (decisão em 6.10.2025). |
| 1154 | RE 1304964        | Competência da Justiça Federal para processar e julgar causas que versem sobre a expedição de diplomas de instituições de ensino superior privadas.  | Trânsito em julgado   |                          | Compete à Justiça Federal processar e julgar feitos em que se discuta controvérsia relativa à expedição de diploma de conclusão de curso superior realizado em instituição privada de ensino que integre o Sistema Federal de Ensino, mesmo que a pretensão se limite ao pagamento de indenização.  |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|--|-----------------------|--------------------------|---|
| 1155 | ARE 1325815       | Inadmissibilidade de recurso extraordinário por ofensa reflexa à Constituição e/ou para reexame do quadro fático-probatório.   | Cancelado             |                          |   |
| 1156 | RE 1326178        | Pagamento da parcela de natureza superpreferencial, prevista no artigo 100, § 2º, da Constituição Federal, por meio de Requisição de Pequeno Valor (RPV).  | Trânsito em julgado   |                          | O pagamento de crédito superpreferencial (art. 100, § 2º, da CF/1988) deve ser realizado por meio de precatório, exceto se o valor a ser adimplido encontrar-se dentro do limite estabelecido por lei como pequeno valor.   |
| 1162 | RE 1333276        | Modulação dos efeitos de decisão do Superior Tribunal de Justiça, proferida em Incidente de Assunção de Competência, que definiu o termo inicial da prescrição intercorrente da pretensão executória, na vigência do CPC/1973. | Sem repercussão geral |                          | É infraconstitucional, a ela se aplicando os efeitos da ausência de repercussão geral, a controvérsia relativa à modulação dos efeitos de decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça que, em julgamento de sua competência, definiu o termo inicial da contagem de prazo da prescrição intercorrente da pretensão executória.            |
| 1166 | RE 1265564        | Competência para processar e julgar ação trabalhista contra o empregador objetivando o pagamento de diferenças salariais e dos respectivos reflexos nas contribuições devidas à entidade previdenciária.                       | Trânsito em julgado   |                          | Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar causas ajuizadas contra o empregador nas quais se pretenda o reconhecimento de verbas de natureza trabalhista e os reflexos nas respectivas contribuições para a entidade de previdência privada a ele vinculada.  |
| 1170 | RE 1317982        | Validade dos juros moratórios aplicáveis nas condenações da Fazenda Pública, em virtude da tese firmada no RE 870.947 (Tema 810), na execução de título judicial que tenha fixado expressamente índice diverso.                | Trânsito em julgado   |                          | É aplicável às condenações da Fazenda Pública envolvendo relações jurídicas não tributárias o índice de juros moratórios estabelecido no art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, na redação dada pela Lei n. 11.960/2009, a partir da vigência da referida legislação, mesmo havendo previsão diversa em título executivo judicial transitado em julgado. |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA         | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|---|---------------------|--------------------------|--|
| 1184 | RE 1355208        | Extinção de execução fiscal de baixo valor, por falta de interesse de agir, haja vista modificação legislativa posterior ao julgamento do RE 591.033 (Tema 109), que incluiu as certidões de dívida ativa entre os títulos sujeitos a protesto (Lei 12.767/2012), e a desproporção dos custos de prosseguimento da ação judicial. | Trânsito em julgado |                          | 1. É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado. 2. O ajuizamento da execução fiscal dependerá da prévia adoção das seguintes providências: a) tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa; e b) protesto do título, salvo por motivo de eficiência administrativa, comprovando-se a inadequação da medida. 3. O trâmite de ações de execução fiscal não impede os entes federados de pedirem a suspensão do processo para a adoção das medidas previstas no item 2, devendo, nesse caso, o juiz ser comunicado do prazo para as providências cabíveis. |
| 1191 | RE 1269353        | Aplicabilidade da Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária de créditos trabalhistas.   | Trânsito em julgado |                          | É inconstitucional a utilização da Taxa Referencial - TR como índice de atualização dos débitos trabalhistas, devendo ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros vigentes para as condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil), à exceção das dívidas da Fazenda Pública, que possuem regramento específico. A incidência de juros moratórios com base na variação da taxa SELIC não pode ser cumulada com a aplicação de outros índices de atualização monetária, cumulação que representaria bis in idem.   |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|--|-----------------------|--------------------------|--|
| 1195 | RE 1335293        | Possibilidade de fixação de multa tributária punitiva, não qualificada, em montante superior a 100% (cem por cento) do tributo devido.   | Afetado               |                          |  |
| 1206 | RE 1228869        | Obrigatoriedade de o patrocinador constar do polo passivo da lide, a fim de responder solidariamente com a entidade fechada de previdência complementar, nas demandas que versem sobre complementação de aposentadoria.  | Sem repercussão geral |                          | É infraconstitucional, a ela se aplicando os efeitos da ausência de repercussão geral, a controvérsia relativa à definição, nas demandas referentes à complementação de aposentadoria, da obrigatoriedade, ou não, da inclusão do patrocinador na lide, a fim de que responda solidariamente à entidade de previdência fechada.  |
| 1208 | RE 1368160        | Pressupostos de validade do consentimento do morador para a busca e apreensão domiciliar.  | Afetado               |                          |  |
| 1231 | RE 1359139        | Constitucionalidade da Lei 10.562/2017 do Município de Fortaleza, que fixa como teto para pagamento das requisições de pequeno valor (RPV) o equivalente ao maior benefício do Regime Geral de Previdência Social, em face da capacidade econômica do ente federado e do princípio da proporcionalidade. | Trânsito em julgado   |                          | (I) As unidades federadas podem fixar os limites das respectivas requisições de pequeno valor em patamares inferiores aos previstos no artigo 87 do ADCT, desde que o façam em consonância com sua capacidade econômica. (II) A aferição da capacidade econômica, para este fim, deve refletir não somente a receita, mas igualmente os graus de endividamento e de litigiosidade do ente federado. (III) A ausência de demonstração concreta da desproporcionalidade na fixação do teto das requisições de pequeno valor impõe a deferência do Poder Judiciário ao juízo político administrativo externado pela legislação local. |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA       | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO   | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|--|-------------------|--|---|
| 1232 | RE 1387795        | Possibilidade de inclusão no polo passivo da lide, na fase de execução trabalhista, de empresa integrante de grupo econômico que não participou do processo de conhecimento. | Acórdão publicado | “(…) determino a suspensão nacional do econômico (art. 2º, §§ 2º e 3º, da CLT), demonstrando concretamente, processamento de todas as execuções nesta hipótese, a presença dos requisitos legais; 2 - Admite-se, trabalhistas que versem sobre a questão excepcionalmente, o redirecionamento da execução trabalhista ao controvertida no Tema nº 1.232 da Gestão por terceiro que não participou do processo de conhecimento nas hipóteses Temas da Repercussão Geral, até o julgamento de sucessão empresarial (art. 448-A da CLT) e abuso da personalidade jurídica (art. 50 do CC), observado o procedimento previsto no art. 855-A da CLT e nos arts. 133 a 137 do CPC; 3 - Aplica-se tal procedimento mesmo aos redirecionamentos operados antes da Reforma Trabalhista de 2017, ressalvada a indiscutibilidade relativa aos casos já transitados em julgado, aos créditos já satisfeitos e às execuções findas ou definitivamente arquivadas. | 1 - O cumprimento da sentença trabalhista não poderá ser promovido em face de empresa que não tiver participado da fase de conhecimento do processo, devendo o reclamante indicar na petição inicial as pessoas jurídicas corresponsáveis solidárias contra as quais pretende direcionar a execução de eventual título judicial, inclusive nas hipóteses de grupo |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA         | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO   | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|--|---------------------|--|---|
| 1234 | RE 1366243        | Legitimidade passiva da União e competência da Justiça Federal, nas demandas que versem sobre fornecimento de medicamentos registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, mas não padronizados no Sistema Único de Saúde – SUS.   | Trânsito em julgado | "Ante o exposto, com fundamento no art. 1.035, § 5º, do Código de Processo Civil, determino a suspensão nacional do processamento dos recursos especiais e extraordinários que tratam da questão controvertida no Tema 1.234 da Repercussão Geral, inclusive dos processos em que se discute a aplicação do Tema 793 da Repercussão Geral, até o julgamento definitivo deste recurso extraordinário, ressalvado o deferimento ou ajuste de medidas cautelares." (Decisão publicada em 13/04/2023). | <a href="http://stf.jus.br">Supremo Tribunal Federal (stf.jus.br)</a> |
| 1255 | RE 1412069        | Possibilidade da fixação dos honorários por apreciação equitativa (artigo 85, § 8º, do Código de Processo Civil) quando os valores da condenação, da causa ou o proveito econômico da demanda forem exorbitantes.<br>Questão de ordem: "O Tribunal, por unanimidade, resolveu a questão de ordem no sentido de esclarecer que o Tema RG nº 1.255 está, atualmente, restrito à fixação de honorários advocatícios em causas em que a Fazenda Pública for parte, nos termos do voto do Relator, Ministro André Mendonça. Plenário, Sessão Virtual de 28.2.2025 a 11.3.2025." | Afetado             |  |   |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA         | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|---|---------------------|--------------------------|---|
| 1256 | RE 1428399        | Pagamento de honorários advocatícios contratuais por meio de retenção de valores destinados ao FUNDEF/FUNDEB (principal e juros de mora), obtidos em ação judicial.   | Trânsito em julgado |                          | 1. É inconstitucional o emprego de verbas do FUNDEF/FUNDEB para pagamento de honorários advocatícios contratuais. 2. É possível utilização dos juros de mora inseridos na condenação relativa a repasses de verba do FUNDEF, para pagamento de honorários advocatícios contratuais.                         |
| 1258 | RE 1362742        | Possibilidade de manutenção dos créditos de ICMS relativos às operações internas anteriores à operação interestadual com combustíveis derivados de petróleo imune ao imposto devido ao estado de origem.  | Afetado             |                          |   |
| 1270 | RE 1449302        | Legitimidade do Ministério Público para promover a liquidação coletiva de sentença proferida em ação civil pública sobre direitos individuais homogêneos disponíveis, visando a reparação de danos individualmente sofridos pelas vítimas ou seus sucessores. | Afetado             |                          |   |
| 1277 | RE 1426083        | Compatibilidade do art. 3º, § 3º, da Lei 10.259/2001 com a Constituição da República, notadamente em face do art. 109, § 2º, da Carta Política.   | Trânsito em julgado |                          | O art. 3º, § 3º, da Lei 10.259/2001 é compatível com a Constituição Federal, devendo ser interpretado no sentido de que a competência absoluta dos juizados especiais federais se restringe ao valor da causa, havendo a faculdade de escolha do foro pelo demandante na forma do art. 109, § 2º, da CF/88. |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA         | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO  | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|--|---------------------|---|---|
| 1290 | RE 1445162        | Critério de reajuste do saldo devedor das cédulas de crédito rural, no mês de março de 1990, nos quais prevista a indexação aos índices da caderneta de poupança.  | Afetado             | Com base no art. 1.035, § 5º, do Código de Processo Civil, DECRETO a SUSPENSÃO do processamento de todas as demandas pendentes que tratem da questão em tramitação no território nacional, inclusive as liquidações e cumprimentos provisórios de sentença lastreados nos acórdãos proferidos pelo Superior Tribunal de Justiça nestes autos. |   |
| 1302 | ARE 1479101       | Competência para processar e julgar ações de cobrança de contribuições devidas por advogados à Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.  | Afetado             |   |   |
| 1316 | ARE 1484919       | Indisponibilidade de bem de família e previsão de ressarcimento integral ao erário pela prática de ato de improbidade administrativa. Necessidade de conciliação interpretativa dos artigos 6º e 37,§4º da Constituição Federal. | Afetado             |   |   |
| 1326 | RE 1496204        | Reserva de iniciativa legislativa do chefe do Poder Executivo para a definição do limite para Requisição de Pequeno Valor (RPV).   | Trânsito em julgado |   | A iniciativa legislativa para definição de obrigações de pequeno valor para pagamento de condenação judicial não é reservada ao chefe do Poder Executivo. |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|---|-----------------------|--------------------------|--|
| 1335 | RE 1515163        | Incidência da taxa SELIC, prevista no art. 3º da EC nº 113/2021, durante o prazo de pagamento de precatórios do art. 100, § 5º, da Constituição (período de graça).                       | Trânsito em julgado   |                          | Não incide a taxa SELIC, prevista no art. 3º da EC nº 113/2021, no prazo constitucional de pagamento de precatórios do § 5º do art. 100 da Constituição. 2. Durante o denominado 'período de graça', os valores inscritos em precatório terão exclusivamente correção monetária, nos termos decididos na ADI 4.357-QO/DF e na ADI 4.425-QO/DF. |
| 1340 | ARE 1519020       | Prazo prescricional de pretensão de pagamento de diferenças remuneratórias de servidor, cuja cobrança retroagiu à data de edição de lei municipal declarada inconstitucional.             | Sem repercussão geral |                          | É infraconstitucional e pressupõe o exame de matéria fática a contro vérsia sobre a prescrição de pretensão de cobrança de diferenças remuneratórias a contar da edição de lei municipal declarada inconstitucional.   |
| 1342 | ARE 1514867       | Limitação temporal de efeitos de condenação judicial de reposição salarial e a possibilidade de compensação de crédito com reajustes posteriormente concedidos aos servidores distritais. | Sem repercussão geral |                          | É infraconstitucional e fática a controvérsia sobre a possibilidade de se limitar, em liquidação de sentença, os efeitos de condenação judicial de reposição salarial decorrente de plano econômico em favor de servidores distritais.   |
| 1346 | RE 1513971        | Validade de contrato de trabalho celebrado por associação de apoio à escola estadual, que funciona como Caixa Escolar ou Unidade Descentralizada de Execução da Educação (UDE).           | Sem repercussão geral |                          | É infraconstitucional e pressupõe o exame de matéria fática a controvérsia sobre a validade de contratos de trabalho celebrados por associações de apoio à escola, denominadas como Caixas Escolares ou Unidades Descentralizadas de Execução da Educação.   |
| 1349 | RE 1516074        | Forma de incidência da Taxa SELIC, conforme previsto no art. 3º da EC nº 113/2021.  | Afetado               |                          |  |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|--|-----------------------|--------------------------|--|
| 1354 | RE 1522507        | Extinção de execução individual de sentença coletiva por ilegitimidade do exequente.   | Sem repercussão geral |                          |  |
| 1355 | ARE 1520376       | Legitimidade extraordinária de Federação Sindical para o ajuizamento de ação coletiva.   | Afetado               |                          |  |
| 1360 | ARE 1491413       | Necessidade de expedição de novo precatório para a complementação ou suplementação de valor pago.  | Trânsito em julgado   |                          | 1. É vedada a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago, salvo nas hipóteses de erro material, inexatidão aritmética ou substituição de índices aplicáveis por força de alteração normativa; 2. A verificação de enquadramento nas hipóteses admitidas de complementação ou suplementação de precatório pressupõe o reexame de matéria fático-probatória. |
| 1361 | RE 1505031        | Aplicação dos índices de correção monetária nas condenações contra a Fazenda Pública, em virtude das teses fixadas no RE 870.947 (Tema 810) e no RE 1.317.982 (Tema 1.170/RG), na execução de título judicial que tenha fixado expressamente índice diverso. | Trânsito em julgado   |                          | O trânsito em julgado de decisão de mérito com previsão de índice específico de juros ou de correção monetária não impede a incidência de legislação ou entendimento jurisprudencial do STF supervenientes, nos termos do Tema 1.170/RG.   |
| 1364 | ARE 1520954       | Cobrança de honorários advocatícios contratados com a entidade sindical em execuções individuais de sentença.  | Sem repercussão geral |                          | É infraconstitucional e pressupõe o exame de matéria fática e contratual a controvérsia sobre a possibilidade de o contrato celebrado com sindicato, para a defesa de interesses em ação coletiva, permitir a retenção de honorários advocatícios contratuais em execuções individuais.  |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA         | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|---|---------------------|--------------------------|---|
| 1368 | ARE 1527985       | Aplicabilidade da regra de anterioridade tributária às alíquotas do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) após a revogação do Decreto nº 11.321/2022 pelo Decreto nº 11.374/2023. | Trânsito em julgado |                          | A aplicação das alíquotas integrais do AFRMM, a partir da revogação do Decreto no 11.321/2022 pelo Decreto no 11.374/2023, não está submetida à anterioridade tributária (exercício e nonagesimal). |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA       | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|--|-------------------|--------------------------|--|
| 1370 | RE 1520468        | Definições acerca da natureza jurídica previdenciária ou assistencial e da responsabilidade pelo ônus remuneratório decorrente da manutenção do vínculo trabalhista de mulheres vítimas de violência doméstica, quando necessário o afastamento de seu local de trabalho em razão da implementação de medidas protetivas por aplicação do art. 9º, § 2º, II, da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Consequentemente, análise da competência do juízo estadual, no exercício da jurisdição penal, para a fixação da medida protetiva disposta no art. 9º, § 2º, II, da Lei nº 11.340/2006, inclusive no que concerne à determinação eventualmente dirigida ao INSS para que garanta o afastamento remunerado. | Acórdão publicado |                          | 1) Compete ao juízo estadual, no exercício da jurisdição criminal, especialmente aquele responsável pela aplicação da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), fixar a medida protetiva prevista no art. 9º, § 2º, II, da referida lei, inclusive quanto à requisição de pagamento de prestação pecuniária em favor da vítima afastada do local de trabalho, ainda que o cumprimento material da decisão fique sob o encargo do INSS e do empregador; 2) Nos termos do que dispõe o art. 109, I, da Constituição Federal, compete à Justiça Federal processar e julgar as ações regressivas que, com fundamento no art. 120, II, da Lei nº 8.213/1991, deverão ser ajuizadas pela Autarquia Previdenciária Federal contra os responsáveis nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher; 3) A expressão constante da Lei ("vínculo trabalhista") deve abranger a proteção da mulher visando à manutenção de sua fonte de renda, qualquer que seja ela, da qual tenha que se afastar em face da violência sofrida, conforme apreciação do Poder Judiciário. A prestação pecuniária decorrente da efetivação da medida protetiva prevista no art. 9º, § 2º, II, da Lei nº 11.340/2006 possui natureza previdenciária ou assistencial, conforme o vínculo jurídico da mulher com a seguridade social: (i) previdenciária, quando a mulher for segurada do Regime Geral de Previdência Social, como empregada, contribuinte individual, facultativa ou segurada especial, hipótese em que a remuneração dos primeiros 15 dias será de responsabilidade do empregador (quando houver), e o período subsequente será custeado pelo INSS, independentemente de cumprimento de período de carência. No caso de inexistência de relação de emprego de segurada do Regime Geral de Previdência Social, o benefício será arcado integralmente pelo INSS; (ii) assistencial, quando a mulher não for segurada da previdência social, hipótese em que a prestação assume natureza de benefício eventual decorrente de vulnerabilidade temporária, cabendo ao Estado, na forma da Lei nº 8.742/1993 (LOAS), prover a assistência financeira necessária. Nesse caso, o juízo competente deverá atestar que a mulher destinatária da medida de afastamento do local de trabalho não possuirá, em razão de sua implementação, quaisquer meios de prover a própria manutenção. |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA         | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|--|---------------------|--------------------------|---|
| 1373 | RE 1525407        | Exigência de prévio requerimento administrativo para ajuizamento de processo com o objetivo de isenção de imposto de renda, por doença grave, em face da garantia de inafastabilidade do controle jurisdicional.   | Trânsito em julgado |                          | O ajuizamento de ação para o reconhecimento de isenção de imposto de renda por doença grave e para a repetição do indébito tributário não exige prévio requerimento administrativo. |
| 1382 | ARE 1524619       | O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, não sendo possível sua condenação ao pagamento de despesas processuais e honorários de sucumbência, sob pena de ferimento à sua independência e autonomia. | Afetado             |                          |   |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO  | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO   | TESE FIRMADA   |
|------|-------------------|--|-----------------------|--|--|
| 1389 | ARE 1532603       | Competência e ônus da prova nos processos que discutem a existência de fraude no contrato civil/comercial de prestação de serviços; e a licitude da contratação de pessoa jurídica ou trabalhador autônomo para essa finalidade. | Afetado               | Determino a suspensão nacional da tramitação de todos os processos que tratem das questões mencionadas nos presentes autos, relacionadas ao Tema 1.389 da repercussão geral, até julgamento definitivo do recurso extraordinário. Embargos sem efeitos modificativos: "Ante o exposto, acolho parcialmente os embargos de declaração, sem efeitos modificativos, apenas para esclarecer que as relações que envolvem plataformas digitais estão fora do âmbito de aplicação da suspensão nacional determinada nestes autos". (decisão em 28.8.2025). |  |
| 1396 | ARE 1528097       | Exigência da Fazenda Pública de indicar o valor devido em cumprimento de sentença nos Juizados de Fazenda Pública.   | Trânsito em julgado   |  | 1. É possível exigir da Fazenda Pública a apresentação de documentos e cálculos para o início de cumprimento de sentença nos juizados especiais, nos termos da ADPF 219; 2. É fática a controvérsia sobre a hipossuficiência da parte credora para atribuição à Fazenda Pública do ônus de apresentação de documentos para início de execução de sentença em Juizados Especiais. |
| 1402 | ARE 1503603       | Fixação de honorários de sucumbência por equidade, nas causas que não envolvem a Fazenda Pública.  | Sem repercussão geral |  | Não há questão constitucional e inexistente repercussão geral quanto a matéria relativa à possibilidade de fixação de honorários por apreciação equitativa, nas causas que não envolvem a Fazenda Pública, quando a aplicação do § 2º do art. 85 do Código de Processo Civil resultar em valor excessivo.  |



| TEMA | RECURSO PARADIGMA | DESCRIÇÃO   | STATUS TEMA           | DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO | TESE FIRMADA  |
|------|-------------------|---|-----------------------|--------------------------|---|
| 1416 | ARE 1526032       | Enquadramento em posto inicial da carreira militar durante o período de participação em curso de formação.  | Sem repercussão geral |                          |   |
| 1432 | RE 1563850        | Legitimidade de profissionais que não têm domicílio na mesma base territorial do sindicato para executarem título judicial formado em ação coletiva ajuizada pela entidade sindical.  | Sem repercussão geral |                          | É infraconstitucional a controvérsia sobre a legitimidade de profissionais que não têm domicílio na mesma base territorial do sindicato executarem título judicial formado em ação coletiva ajuizada pela entidade sindical.  |
| 1439 | ARE 1569089       | Possibilidade de cumulação de sanções civis e de multa inibitória (astreintes) com a penalidade administrativa prevista no Código de Trânsito Brasileiro para a infração de transportar carga com excesso de peso em rodovias federais. | Sem repercussão geral |                          | É infraconstitucional a controvérsia sobre a possibilidade de cumulação de sanções civis e de multa inibitória (astreintes) com a penalidade administrativa prevista no Código de Trânsito Brasileiro para a infração de transportar carga com excesso de peso em rodovias federais aplicando-se, assim, os efeitos da ausência de repercussão geral. |
| 1442 | ARE 1569098       | Fixação de honorários advocatícios em cumprimento de sentença não embargado promovido contra a Fazenda Pública, quando o crédito se sujeita ao regime das requisições de pequeno valor (RPV).   | Sem repercussão geral |                          | “É infraconstitucional, a ela se aplicando os efeitos da ausência de repercussão geral, controvérsia relativa à fixação de honorários advocatícios em cumprimento de sentença não embargado promovido contra a Fazenda Pública, quando o crédito se sujeita ao regime das requisições de pequeno valor (RPV).”  |
| 1452 | RE 1583707        | Possibilidade de penhora do único bem residencial da família, alugado a terceiros, ante à alegação de que a renda se destina para subsistência ou moradia.  | Sem repercussão geral |                          |   |